

“O relatório de gestão completa o quadro de prestação de contas, ampliando e comentado informação contida no balanço, na demonstração de resultados e nos mapas de execução orçamental da despesa e da receita”

(in João Baptista da Costa Carvalho, Maria José Fernandes e Ana Teixeira, POCAL Comentado, 2.ª edição, Rei dos Livros, Lisboa, 2006, página 55)

Índice

Índice	2
Índice de figuras	4
Parte I. Apresentação. Linhas de Orientação	6
1. Introdução	6
Parte II. Linhas de Orientação Estratégica - Actividades Desenvolvidas	7
Parte III. Análise Orçamental, Económica e Financeira	36
1. Análise Orçamental	36
1.1. Execução Orçamental	36
1.2. Receita	39
1.2.1. Evolução da Receita	39
1.2.2. Receita Corrente	40
1.2.3. Receita de Capital	42
1.2.4. Rácios da Estrutura da Receita	43
1.3. Despesa	44
1.3.1. Evolução da Despesa	44
1.3.2. Despesa Corrente	47
1.3.3. Despesa de Capital	48
1.3.4. Rácios da Estrutura da Despesa	49
2. Análise das Grandes Opções do Plano – GOP	51
2.1. Execução das GOP	51
3. Análise Patrimonial	53
3.1. Componente Económica	53
3.1.1. Custos	53
3.1.2. Proveitos	54

3.1.3. Resultados	54
3.1.4. Evolução da Demonstração de Resultados.....	55
3.2. Componente Financeira.....	57
3.2.1. Activo.....	57
3.2.2. Fundos Próprios.....	58
3.2.3. Passivo.....	59
3.2.4. Indicadores e Rácios Patrimoniais.....	60
3.2.5. Endividamento.....	61
3.2.6. Rácios de Endividamento	63
3.2.7. Limites de Endividamento	64
3.2.8. Limites de Encargos com Pessoal	66
3.2.9. Fundo Social Municipal.....	67
4. Evolução da Dívida a Terceiros.....	68
Parte IV. Conclusão.....	69
1. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	69
2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	69

Índice de figuras

Quadro I – Execução Orçamental	37
Quadro II – Saldos Orçamentais	37
Quadro III – Saldo da Gerência no último triénio	38
Gráfico I – Saldos Orçamentais	38
Quadro IV – Evolução da Receita	39
Quadro V – Receita Corrente	40
Quadro VI - Evolução dos Impostos Directos	41
Quadro VII – Evolução da Receita Corrente por Capitulo Económico	41
Quadro VIII – Receita de Capital	42
Quadro IX – Evolução da Receita de Capital por Capitulo Económico	42
Quadro X – Rácios de Estrutura de Receita	43
Quadro XI – Evolução da Despesa	45
Gráfico II - Evolução da Despesa no último triénio	45
Quadro XII – Evolução das despesas por capitulo económico	47
Quadro XIII – Despesas Correntes por Capitulo Económico	48
Quadro XIV – Despesas de Capital por Capitulo Económico	48
Quadro XV – Rácios de Estrutura da Despesa	49
Quadro XVI – Actividades Mais Relevantes	51
Quadro XVII – Plano Plurianual de Investimentos	52
Quadro XVIII – Análise de Custos	53
Quadro XIX – Análise de Proveitos	54
Quadro XX – Análise de Resultados	55
Quadro XXI – Evolução da Demonstração de Resultados – Custos e Perdas	55
Quadro XXII – Evolução da Demonstração de Resultados – Proveitos e Ganhos	56
Quadro XXIII – Evolução da Demonstração de Resultados – Resultados	57

Quadro XXIV – Activo Líquido.....	58
Quadro XXV – Fundos Próprios	59
Quadro XXVI – Passivo.....	59
Quadro XXVII – Rácios Patrimoniais	60
Quadro XXVIII – Endividamento de Curto Prazo	62
Quadro XXIX – Endividamento de Médio e Longo Prazo.....	62
Quadro XXX – Endividamento Total	63
Gráfico III – Evolução do Endividamento.....	63
Quadro XXXI – Rácios de Endividamento	63
Quadro XXXII – Limites de Endividamento	65
Gráfico IV – Limites de endividamento	65
Quadro XXXIII – Encargos com Pessoal	66
Quadro XXXIV – Fundo Social Municipal – OE 2009.....	67
Quadro XXXV – Fundo Social Municipal	67
Quadro XXXVI – Dívidas de Terceiros	68

Parte I. Apresentação. Linhas de Orientação

1. Introdução

Em sede de prestação de contas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, define os documentos essencialmente de natureza orçamental e financeira a apresentar e a submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, igualmente ao julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental.

No entanto, de acordo com o ponto 13 do mencionado diploma legal, o órgão executivo deve ainda apresentar ao órgão deliberativo municipal um relatório de gestão que permita os esclarecimentos necessários à avaliação de gestão autárquica efectuada durante o exercício económico – financeiro em causa.

Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o presente documento constitui o Relatório de Gestão de 2009. Este é um documento que evidencia a situação económica e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pelo Município de Sines e a eficácia na realização dos objectivos inicialmente aprovados.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas em apreço foram ainda tidas em devida conta, além do citado POCAL, as disposições da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas (vide o Diário da República, 2.ª Série, n.º191), que aprovou as “Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais” e os respectivos anexos (I a VIII).

Parte II. Linhas de Orientação Estratégica - Actividades Desenvolvidas

1. Gabinete da Presidência

No âmbito da preparação e apresentação de candidaturas ao Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007/2013, na perspectiva de desenvolvimento do Concelho de acordo com as orientações estratégicas e as prioridades definidas, o Gabinete da Presidência tem continuado a desenvolver o seu trabalho empenhado, no sentido de alcançar o máximo de financiamento possível para os seus projectos e acções.

Assim, para além da conclusão de candidaturas ainda no âmbito do QCA III, estão em curso processos de candidaturas nas seguintes áreas:

- Contratualização – um conjunto significativo de projectos, com um valor de comparticipação FEDER para obras em Sines de € 4.960.000,00, que será administrado pela CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Litoral Alentejano, em regime de contratualização com a CCDRA, continuando a decorrer no momento as seguintes operações:

- a) Escola Básica e Jardim de Infância do Plano de Pormenor Sul de Sines, montante elegível de 1.595.107,00€;
- b) Escola Básica e Jardim de Infância Integrada na EB 2,3 Vasco da Gama, montante elegível de 1.613.595,00 €;
- c) Implementação do Sistema de Gestão Documental, montante elegível de 97.828,50 €.

Para além das candidaturas já apresentadas e em curso, durante o ano de 2009, foram submetidas as seguintes novas candidaturas, no âmbito da Contratualização:

- a) Ligação da EN 120 à Ribeira da Azenha, submetida em Dezembro/2009, pelo montante de 3.268.479,15€;
- b) Escola EB1/JI de Porto Côvo, submetida em Dezembro/2009, pelo montante de 1.426.536,00€;
- c) Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - Centros Escolares do Litoral Alentejano (candidatura Intermunicipal), submetida em Setembro/2009, pelo montante de 65.429,35 €.

- Corredor Azul – Programa Estratégico de Rede Urbana para a Competitividade e Inovação – esta oportunidade permite potenciar os seus benefícios futuros através de uma estratégia de consolidação de dinâmicas colectivas de desenvolvimento urbano, centradas na inovação e no conhecimento, na

promoção das condições de atracção e fixação de actividades inovadores, recursos humanos qualificados e profissionais criativos.

São Municípios Promotores: Arraiolos, Borba, Elvas, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Sines, Vendas Nova e Vila Viçosa.

Dentro desta operação está a medida de “Conhecimento Investigação e Inovação”, a qual visa a constituição de um Tecnopólo na Região, assumindo-se como um dispositivo fundamental de apoio às empresas regionais e ao desenvolvimento e implementação de uma estratégia de inovação para todo o território.

A Câmara Municipal de Sines é responsável pela sua implementação, e disporá de um financiamento FEDER de 65% para um valor de investimento elegível de € 4.000.000,00;

A candidatura foi aprovada em Abril/2009, pelo montante de 2.554.000,00€. No âmbito deste projecto, o Município de Sines tem um ano após Dezembro/2009 para apresentar as seguintes candidaturas:

- a) Fundo de Eficiência Energética, no montante de 205.000,00€;
- b) Programa de Fomento a Absorção de Tecnologia, no montante de 290.000,00€;
- c) Academia das Energias, no montante de 730.000,00€;
- d) Fundo Promoção Empreendedorismo do Território Corredor Azul, no montante de 275.000,00€.

No âmbito do Corredor Azul, o Município de Sines irá ainda participar nas seguintes parcerias:

- a) Em parceria com o Município de Vendas Novas, na candidatura PROMOINVEST - Rede de Promoção Empresarial, no montante de 300.000,00€, com transferência de capital prevista para o Município de Vendas Novas no valor anual de 3.264,00€;
- b) Em parceria com o Município de Elvas, na candidatura Atractividade Urbana, no montante de 254.000,00€, com transferência de capital prevista para o Município de Elvas no valor anual de 2.763,52€;
- c) Em parceria com o Município de Évora, na candidatura Governança, no montante de 500.000,00€, com transferência de capital prevista para o Município de Évora no valor anual de 5.440,00€.

Regeneração Urbana - A candidatura "Programa de Acção para a Regeneração Urbana de Sines" foi submetida em Março/2009 e aprovada em Julho/2009, no âmbito do INAlentejo, eixo 2 - Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana. No âmbito da Regeneração Urbana, o Município de Sines tem um ano após Dezembro/2009 para apresentar as seguintes candidaturas:

- a) Requalificação da Avenida Vasco da Gama, no montante de 2.435.927,00€;

- b) Reabilitação e Consolidação da Falésia de Sines, no montante de 1.375.829,00€;
- c) Pátio das Artes, no montante de 344.593,00€;
- d) Requalificação dos Espaços Pedonais, no montante de 648.028,00€;
- e) Repavimentação e Requalificação dos Arruamentos, no montante de 1.348.160,00€;
- f) Centro Cultural Emmérico Nunes, no montante de 373.600,00€;
- g) Câmara Velha, no montante de 478.400,00€;
- h) Reforço da Acessibilidade à Avenida Vasco da Gama: Instalação de Ligação Vertical, no montante de 1.000.000,00€;
- i) Plano de Comunicação, no montante de 109.091,00€;
- j) Gestão da Parceria, no montante de 150.000,00€.

No âmbito da Regeneração Urbana, o Município de Sines irá ainda participar nas seguintes parcerias:

- a) Em parceria com a Associação Pró-Artes, na candidatura Centro Recreativo Sineense, no montante de 303.488,00€;
- b) Em parceria com Sines Tecnopolo, na candidatura Antigo Museu de Sines, no montante de 407.430,00€;
- c) Em parceria com Associação de Comércio de Setúbal, na candidatura de Elaboração de um Estudo de Urbanismo Comercial para o Centro Histórico da Cidade de Sines, no montante de 30.000,00€;
- d) Em parceria com Associação Contra Regra, na candidatura de Animação de Rua, no montante de 100.000,00€;
- e) Em parceria com a Associação Pró-Artes, na candidatura Dinamização Musical, no montante de 200.000,00€;
- f) Em parceria com IHRU, na candidatura Programa de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sines, no montante de 150.000,00€.

Programa Operacional de Valorização do Território – neste eixo inserem-se medidas e projectos ligados ao ambiente, designadamente na orla costeira e inseridos no Parque Natural e serão na maioria desenvolvidos em parceria com o ICNB:

Mobilidade, Inovação e Memória – Rede de Cidades do Litoral Alentejano

Este Programa define como prioridades estratégicas: Identidade da Rede Urbana e Consolidação do Sistema Urbano.

A candidatura foi aprovada em Setembro/2009, no âmbito do INAlentejo, eixo 2 - Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação. No âmbito da Rede de Cidades do Alentejo Litoral, o Município de Sines tem um ano após Dezembro/2009 para apresentar as seguintes candidaturas:

- a) Festival Músicas do Mundo, no montante de 850.000,00€;
- b) Escola de Artes de Sines, no montante de 1.100.000,00€;

No âmbito da Rede de Cidades do Alentejo Litoral, o Município de Sines irá ainda participar na seguinte parceria:

- a) Em parceria com a CIMAL, a candidatura Rede de Coordenação das Actividades Culturais e Desportivas, no montante de 700.000,00€, com transferência de capital prevista para a CIMAL no valor anual de 15.750,00€.

POLIS Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina: operação de requalificação e valorização da orla costeira, em parceria com os Municípios de Odemira, Aljezur e Vila do Bispo e promovida pelo ICNB, com transferência de capital prevista para o ICNB no valor anual de 522.666,67€, referente às seguintes candidaturas:

- a) Protecção de sistemas dunares e arribas;
- b) Valorização e qualificação de espaços balneares - Praias da Samouqueira, Porto Covinho e Praia Grande de Porto Côvo;
- c) Valorização e qualificação de espaços balneares - Praia da Ilha do Pessegueiro;
- d) Qualificação urbana de pequenos aglomerados costeiros - Portinho de Porto Covo;
- e) Estruturas de apoio ao autocaravanismo;
- f) Estruturas de apoio ao recreio e lazer - parques de merendas e zonas de estada.

PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos.

A candidatura “Reinventar e Descobrir – Da Natureza à Cultura” foi aprovada em 2008 e de acordo com as aberturas de concurso o Município de Sines poderá apresentar e/ou participar como parceiro nas seguintes candidaturas:

Projectos Âncora:

- a) Centro de Interpretação e Visitação do Forte da Ilha do Pessegueiro, no montante de 667.200,00€, o beneficiário principal é o ICNB, cuja participação do Município de Sines é no valor de 100.080,00€;

- b) Percurso Pedestre Santiago do Cacém - Aljezur, no montante de 400.000,00€, o beneficiário principal é a Associação Casa Brancas, cuja participação do Município de Sines é no valor de 60.000,00€;
- c) Património em Rede no Desenvolvimento Sustentável, no montante de 775.000,00€, o beneficiário principal é a CIMAL, cuja participação do Município de Sines é no valor de 116.250,00€;
- d) Rota do Peixe Fresco, no montante de 2.500.000,00€, o beneficiário principal é o Sines Tecnopolo, cuja participação do Município de Sines é no valor de 375.000,00€;
- e) Ciclovía Odeceixe - Tróia, no montante de 1.750.000,00€, o beneficiário principal é a CIMAL, cuja participação do Município de Sines é no valor de 262.500,00€;
- f) Empreendedorismo para o Turismo, no montante de 168.000,00€, o beneficiário principal é o Sines Tecnopolo, cuja participação do Município de Sines é no valor de 25.200,00€;
- g) Formar para o turismo: atitude, conhecimento e inovação, no montante de 168.000,00€, o beneficiário principal é o Sines Tecnopolo, cuja participação do Município de Sines é no valor de 25.200,00€;
- h) Gestão, Coordenação e Execução da Estratégia de Eficiência Colectiva, o beneficiário principal é a CIMAL, no montante de 600.000,00€, cuja participação do Município de Sines é no valor de 90.000,00€.

Projectos Complementares:

- a) Valorização das Estações Arqueológicas de Sines, no montante de 38.000,00€, o beneficiário principal é o ICNB, cuja participação do Município de Sines é no valor de 5.700,00€;
- b) Valorização da Temática Pesca, no montante de 2.500.000,00€, o beneficiário principal é a Ass. Armadores de Pesca Artesanal e do cerco, cuja participação do Município de Sines é no valor de 375.000,00€;
- c) Sines - Cidade dos Descobrimientos, no montante de 5.500.000,00€, o beneficiário principal é o Município de Sines com participação no valor de 825.000,00€;
- d) Requalificação da Costa Atlântica de Sines: Frente Urbana, Frente Litoral Norte e Praia Norte, no montante de 4.000.000,00€, o beneficiário principal é o Município de Sines com participação no valor de 600.000,00€;
- e) Formação para o Turismo, no montante de 180.000,00€, o beneficiário principal é o Sines Tecnopolo, cuja participação do Município de Sines é no valor de 27.000,00€.

PROMAR - Programa Operacional Pesca

Neste programa e no seu Eixo 1 – Adaptação da frota pesqueira – A Câmara continua a disponibilizar um técnico superior que recebe, organiza e apresenta as candidaturas de todos os interessados.

No Eixo 4 – Está prevista a criação dos designados Grupos de Acção Costeira – visa apoiar as Comunidades piscatórias na melhoria da qualidade de vida nas zonas costeiras de baixa densidade, designadamente onde existam pequenos portos de pesca.

O Município de Sines integra duas candidaturas.

Uma, conjuntamente com os Municípios de Santiago do Cacém, Grândola, Alcácer do Sal, Sesimbra, Alcochete e Montijo e várias Entidades privadas e Associações do sector;

Outra, apenas com a Freguesia de Porto Covo, e com os restantes Municípios que integram o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

PROMAR - Programa Operacional Pesca: a candidatura "Grupo de Acção Costeira - Além Tejo" foi aprovada em Julho/2009, no âmbito do PROMAR, o beneficiário principal é a ADL, cuja participação do Município de Sines é no valor anual de 861,76€.

Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial

A Câmara de Sines integra esta candidatura, onde estão incluídos outros Municípios, Empresas e Universidades, com vista à obtenção de financiamento para a construção de uma nova Escola Tecnológica.

As seguintes candidaturas que foram submetidas, não estavam previstas no Plano de actividades 2009:

1. A candidatura "Estágios Profissionais na Administração Pública Local - 3ª Edição", foi aprovada em Outubro/2009, no âmbito do POPH, no montante de 72.264,00€.
2. A candidatura "Cidade Desportiva de Sines" foi submetida em Junho/2009, eixo IX - Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional, do POVT, no Domínio de Intervenção "Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos", no montante de 17.588.222,40€.
3. A candidatura "Beneficiação e Verticalização do Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento de Sines" foi submetida em Dezembro/2009, eixo II - Rede Estruturante do Abastecimento de Água e Saneamento, do POVT, no montante de 7.440.089,81€.
4. A candidatura "Regime de Fruta Escolar" foi submetida em Novembro/2009, para distribuição de frutas e produtos hortícolas às crianças nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo, durante o ano lectivo 2009/2010, no montante de 4.392,00€.

5. A candidatura "Festival Músicas do Mundo" foi submetida em Novembro/2009, ao Programa de Intervenção do Turismo, no âmbito da Linha de Apoio II - Eventos para a Projecção do Destino Portugal, no montante de 410.000,00€.

6. Foram submetidas em Novembro/2009, duas candidaturas aos Prémios Turismo de Portugal - 5ª Edição:

a) Museu de Sines / Casa Vasco da Gama, no âmbito da Requalificação Projecto Público, no montante de 900.000,00€;

b) Festival Músicas do Mundo, no âmbito dos Eventos, no montante de 850.000,00€.

7. A candidatura "Ideias para o ar, por um projecto para ficar", referente ao prémio a atribuir pela Fundação Galp Energia, foi submetida em Setembro/2009, no montante de 72.400,00€.

8. Este serviço colaborou junto do Agrupamento Vertical de Escolas de Sines, na preparação e preenchimento da candidatura denominada "Escola de Todos para Todos", no âmbito do POPH, à tipologia 6.11 - Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo, candidatura aprovada em Setembro/2009, no montante de 721.463,46€.

2. Serviço Municipal de Protecção Civil

1. Planeamento para a Protecção Civil

Encontra-se em execução o Plano de Emergência Externo, pela empresa ITSEMAP, conjuntamente com as principais empresas abrangidas pela directiva SEVESO II e a Autoridade Nacional de Protecção Civil/CDOS de Setúbal.

2. Plano Municipal de Emergência

Está em execução a revisão e adaptação à nova matriz do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil. Foram realizados diversos exercícios no âmbito dos Planos de Evacuação e Emergência das Escolas do Concelho e dos Planos Emergência Internos das principais empresas sedeadas na Plataforma Industrial de Sines, envolvendo os diversos agentes de protecção civil, bem como todos os demais que têm o dever de colaborar com o Sistema de Protecção Civil Municipal e aferindo da capacidade de resposta dos agentes envolvidos e do comportamento da população.

Foi concluído o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra incêndios, bem como o Plano Operacional Municipal a cargo do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal (Sines/Santiago do Cacém).

3. Gabinete de Apoio ao Empresário (GAE)

1. Conclusão, em Abril de 2009, das obras das instalações do Sines Tecnopólo – propriedade da Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama, na qual a câmara Municipal de Sines detém a maioria do património associativo, encontrando-se o equipamento em pleno funcionamento, tendo dado em 2009 mais de 400 horas de formação e tendo já incubadas diversas empresas.

2. Inov@emprego – Feira do Emprego, Formação e Empreendedorismo do Litoral Alentejano:

Em 2009, a autarquia decidiu não realizar este evento, pois a data prevista para a sua realização coincidia com o período eleitoral autárquico, não tendo sido possível reunir as condições para que a iniciativa ocorresse conforme programação regular.

3. Criação do Fundo de apoio às pequenas e médias empresas do Concelho de Sines:

Este fundo, de apoio ao investimento privado e preferencialmente de carácter inovador, encontra-se formalmente constituído desde Março de 2009, tendo sido organizados pelo GAE dois eventos de carácter empresarial:

- Seminário “o FAME de Sines e Outros Mecanismos de apoio às PME’s e à Promoção do Emprego” que foi realizado no dia 12 de Março de 2009 no auditório do Centro de Artes;

- Seminário “Instrumentos de Apoio às Empresas” que se realizou no dia 11 de Dezembro de 2009 no auditório do Sines Tecnopolo com a co-organização do GAE, Direcção Regional do Ministério da Economia e Inovação do Alentejo (DREAL) e Instituto de Apoio às pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI)

4. Gabinete de Informática e Telecomunicações

1. Foram realizadas diversas acções de actualização do parque informático, no âmbito da modernização e apetrechamento informático dos serviços.

2. Foi iniciado um estudo para a actualização das telecomunicações – Centrais Telefónicas com vista a potenciar as infra - estruturas instaladas, procurando soluções que reduzam o custo das comunicações fixas, o qual não foi implementado por não ter sido considerado oportuno o investimento inicial que o projecto implica.

Departamento de Administração e Finanças

5. Divisão de Administração Geral

1. Foi implementado o Sistema de Gestão Documental, cuja candidatura para suporte de encargos financeiros foi aprovada no âmbito do QREN.
2. Não foi concluído o processo de implementação de Serviços On-Line – projecto a desenvolver conjuntamente com a REGI com vista à disponibilização de serviços on-line, facilitadores do acesso dos cidadãos aos serviços prestados pela Autarquia, aumentando o seu grau de participação.
3. Afirmou-se o site municipal como o instrumento fundamental na política de acesso a documentos administrativos, promovendo entre outros os princípios da publicidade e da transparência.
4. Concretizou-se a utilização da Intranet já criada, como ferramenta facilitadora do diálogo inter-no entre todos os serviços da Câmara, apesar de a plataforma onde está sustentada a intranet, propriedade da empresa intermunicipal REGI, E.I.M. ter sofrido algumas avarias, não resolvidas por aquela empresa.

DAG – Arquivo Municipal

1. Prosseguiu-se com o tratamento da documentação das obras municipais, através da arquivagem de 471 processos e procedeu-se à transferência dos documentos das obras particulares para o Arquivo Histórico. Neste âmbito foram limpos e tratados 198 processos. Estas actividades são de carácter contínuo, pelo que deverão continuar a ser prosseguidas pelo serviço.
2. Desenvolveram-se acções de preservação documental, através da conservação preventiva das espécies documentais, tendo sido limpos de pó, ferrugem e elementos plásticos e transferidos para pastas não ácidas 869 processos. Tal como a anterior esta também é uma actividade de carácter contínuo.
3. Publicação da obra *Inventário do Arquivo da Administração do Concelho de Sines (1840-1938)*; publicação de quatro textos na rubrica Arquivo Aberto do *Boletim Municipal*; edição on-line do inventário da Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines (1911-1931); organização das exposições *A História ao Som de Notas de Música* (16 de Maio a 30 de Junho) e *A Vida nas Mãos: história dos Bombeiros Voluntários de Sines* (16 de Novembro a Dezembro). A obra homónima relativa a esta exposição foi editada mas ainda não foi impressa.
4. Realização, com o Serviço Educativo do Centro de Artes de Sines, dos ateliers para o público escolar *O Peso e a Leveza das Revoluções* e *Arquivista Por Um Dia* Abril.

5. No âmbito do projecto Redes do tempo (registo de testemunhos orais e com recolha de documentos para publicação em 2011 de uma história do Concelho), foram registados 5 testemunhos orais.

6. No âmbito do apoio à implementação da solução de gestão documental, sobretudo no que se refere ao Plano de classificação para um arquivo digital, foram realizadas acções de formação junto dos serviços de Expediente Geral e da Divisão da Gestão Urbanística, em Fevereiro e Março.

7. Foi, ainda, prestado apoio e colaboração à organização do Festival Músicas do Mundo 2009, actividade não prevista no plano de actividades.

DAG – Serviços de Apoio

Não foi Implementado o sistema de vídeo – vigilância em edifícios municipais, por se encontrar ainda em estudo a oportunidade e viabilidade dessa solução.

DAG – Serviço de Seguros

Iniciado, em final do ano, o estudo sobre todos os seguros da Câmara Municipal, com o objectivo de obtenção de poupanças, sem diminuição dos níveis de protecção assegurados.

6. Divisão de Recursos Humanos

1. No âmbito da implementação da Gestão por Objectivos e de Avaliação do Desempenho dos técnicos e trabalhadores, em articulação com o Modelo de Gestão da Câmara Municipal de Sines, foi acordado com a AIRC, fornecedora do software municipal, a adaptação deste software, para a implementação do sistema de gestão definido.

2. Foram efectuados investimentos na formação profissional, em conjugação com o modelo de gestão e a gestão por objectivos e promovendo-a de acordo com as necessidades de formação adequadas às funções.

3. Foi tomada opção gestonária para suprir a falta de avaliação dos trabalhadores em 2006,2007 e 2008.

7. Serviço de Aprovisionamento

1. Implementação da plataforma electrónica, com claros ganhos de eficiência, pelo menos na fase de lançamento do procedimento, uma vez que na fase posterior, de análise das propostas, a plataforma ainda não permite otimizar largamente os recursos (humanos, materiais) uma vez que ainda se aguardam melhorias p/ esta fase da análise, bem como a articulação da plataforma, com o software de que dispomos da AIRC (a designada integração das aplicações).

2. Durante o ano de 2009 foi implementada a utilização da Plataforma electrónica de contratação pública, que decorreu de uma imposição legal (CCP), tendo, no entanto a Câmara Municipal de Sines antecipado a sua utilização antes deste período. Ainda que a plataforma esteja a ser utilizada apenas para aquisições através de concurso público (obrigatoriedade legal) é intenção utilizar este serviço igualmente para o procedimento de ajuste directo (regime geral), assim que estejam totalmente esclarecidas todas as questões surgidas no âmbito da plataforma electrónica de aquisição.

3. Optimização a Gestão de Stocks da Autarquia, evitando rupturas, bem como as aquisições urgentes por ajuste directo - Para o ano de 2009 foram definidos os stocks mínimos com os vários responsáveis dos serviços, de modo a evitar as rupturas de stocks, ao nível de todos os materiais de stock da autarquia, ficando por concluir a introdução dos stocks mínimos. Esta actividade não decorreu da forma prevista, uma vez que o orçamento não comportou os elevados custos previstos p/ os stocks, o que levou a que se repartissem os custos para 2009 e 2010, p/ além do que os procedimentos para estas aquisições (quase sempre concursos públicos) não decorreram da melhor forma, com muitas demoras, quer no lançamento (por razões várias), quer na fase de análise de propostas.

8. Serviço de Gestão Financeira

1. Iniciado o processo de implementação a contabilidade de custos, assim podendo estabelecer os justos preços a pagar pelos serviços prestados, tendo a AIRC apresentado proposta de implementação e realizadas reuniões com a equipa do ISCTE/INDEG.

2. Elaborado o projecto para o novo Regulamento de Taxas, o qual foi publicado através do Edital n.º 115/2009 de 29.12.2009, 2.ª Série DR, tendo entrado em vigor no passado dia 8 de Abril 2010.

3. Iniciado e não concluído o processo de revisão da Norma de Controlo Interno, para a área financeira, no sentido de a adequar à nova estrutura dos serviços municipais.

4. Optimização da gestão da dívida a fornecedores através do planeamento e controlo dos recursos disponíveis - A Câmara Municipal de Sines apresentou uma candidatura ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) tendo sido aprovado um financiamento de € 11.325.803,00, sendo 40% (€ 4.530.321,00) financiado pelo Estado através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e 60% (€ 6.795.482,00) contratados com uma instituição financeira (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul, C.R.L.). Os respectivos contratos de empréstimo foram visados pelo Tribunal de Contas a 13 de Julho de 2009. O PREDE visou garantir os pagamentos a credores privados das dívidas vencidas dos serviços e dos organismos da administração directa e indirecta do Estado, das Regiões Autónomas e dos Municípios.

5. Gestão da dívida de terceiros, nomeadamente de direitos de superfície da ZIL – II - Foram implementadas melhorias nos diversos postos de cobrança municipais, no entanto este objectivo não se concretizou em pleno pelas razões invocadas no ponto seguinte.

6. Não foi iniciado o processo de alargamento da emissão de factura/recibo com possibilidade de pagamento por Multibanco a mais serviços, permitindo maior comodidade aos Munícipes e maior capacidade de arrecadação de receitas, pois a AIRC não disponibilizou a aplicação informática necessária para o efeito.

9. Serviço de Património

9.1. Prosseguiu-se com o registo de Bens Imóveis que ainda não foram objecto de todos os registos necessários à boa gestão do Património Municipal, tendo sido registados 99 bens no valor total de € 8.779.499,06 (terrenos do domínio privado e domínio público, contas patrimoniais 421 e 451). Foram efectuados todos os procedimentos necessários à actualização do cadastro junto do Instituto Geográfico Português e foram efectuados alguns levantamentos topográficos e demarcações.

9.2. Identificação dos bens móveis e conferência física periódica - Foram efectuadas conferências físicas e etiquetados os bens nos seguintes edifícios e serviços: Edifício dos Paços do Concelho; Centro de Artes; Biblioteca; Arquivo Municipal; Posto Turismo; Casa da Juventude; Espaço Sénior Bairro 1.º de Maio; Espaço Sénior do Bairro Marítimo; Espaço Sénior Av. General Humberto Delgado; Gabinete de Apoio ao Empresário; Escola da Música; Serviço de Atendimento de porto Covo e Castelo. Está iniciada e não concluída a contagem física dos bens afectos ao Edifício Técnico.

10. Serviço de Informação, Divulgação e Imagem

1. Foi cumprido o objectivo de prestação de informação regular e alargada da população sobre a actividade municipal, através de todos os meios e suportes de comunicação da Câmara.

2. Divulgação do Município e a prestação de serviços através das novas tecnologias da informação e da comunicação - Concluída através do site municipal, sites e blogs para fins específicos, presença em redes sociais e newsletters digitais (o não avanço do contrato de gestão entre a REGI e a CMS impediu que fossem introduzidos os melhoramentos previstos no site municipal).

3. Melhorar a informação prestada aos Munícipes sobre a organização e o funcionamento dos serviços municipais.

Não executada (ver ponto 10.11)

4. Prossecução da divulgação de informações relevantes para os trabalhadores, através do boletim interno e da intranet.

5. Recolha e organização do clipping diário de imprensa.

6. Reforço da rede de suportes de outdoors nos acessos à cidade.

7. Foi assegurada a divulgação dos eventos regulares promovidos pelo Município, através de planos de comunicação específicos (Músicas do Mundo, Tasquinhas na Avenida, Feira na Avenida, entre outros).

8. Foi assegurada a promoção e divulgação de projectos relevantes para a comunidade, designadamente da EAS, através da promoção do seu serviço de música, e também do serviço de dança, actualmente implantado no CAS.

9. Foi assegurada a divulgação das actividades e promoção da imagem institucional do Centro de Artes de Sines (incluindo Biblioteca Municipal e Arquivo Histórico), através dos meios de comunicação da autarquia e de um plano de comunicação específico (suportes digitais, suportes papel, suportes em meio urbano, publicidade, etc.).

9. Divulgação das actividades e promoção da imagem institucional do Museu de Sines/Casa Vasco da Gama, através dos meios de comunicação da autarquia e de um plano de comunicação específico (suportes digitais, suportes papel, suportes em meio urbano, publicidade, etc.).

10. Prosseguiu-se com a divulgação dos trabalhos do novo PDM, através dos meios de comunicação da autarquia.

11. Não foi concluído o projecto de edição do guia dos serviços municipais, considerando que, embora o guia tenha sido elaborado (textos e maquete gráfica), o ciclo eleitoral colocava em risco a pertinência e actualidade de parte dos conteúdos. Os textos produzidos foram utilizados na actualização dos conteúdos sobre os serviços constantes no site municipal.

11. Serviço de Atendimento

1. Foi adquirido projecto para a nova concepção do espaço de atendimento dos Paços do Concelho, e implementado o Sistema de Gestão Documental.

2. Foi implementado o Serviço de Atendimento em Porto Covo, aproximando a Administração dos cidadãos, facilitando o acesso aos serviços prestados pela Autarquia e potenciando a participação dos cidadãos nos processos decisórios.

Departamento de Obras e Serviços Urbanos

12. Serviço de Parque de Máquinas e Viaturas Municipais

1. Optimização da gestão do Parque de Viaturas Municipais – está em curso estudo para o efeito que se entendeu dever ser mais aprofundado, no sentido de procurar as melhores soluções disponíveis.

2. Foram adquiridas as máquinas e viaturas indispensáveis à melhoria do serviço público prestado e na medida estrita dos valores orçamentados, tais como: 1 cilindro vibrador, 1 camião semi-reboque com porta máquinas e porta graneis, 1 furgão de carga, 1 carrinha de 3.500 kg e 1 retro escavadora.

13. Divisão de Obras Municipais

1. Projectos e Obras de Requalificação Urbana

1.2. Edifício dos Paços do Concelho – Qualificação dos espaços exteriores - Iniciada em 2009 prevendo-se a sua conclusão até final de Abril de 2010.

1.3. Bairro 1º De Maio – Arranjos Exteriores em algumas áreas degradadas -Elaborado estudo prévio.

1.4. Loteamento de Ponte Serva – Obras de Urbanização - Anulado concurso por despacho superior, por não se considerar oportuna e prioritária a sua execução.

1.5. Troço da Avenida D. Pedro I – Reparação de Pavimento - Concluído

1.6. Loteamento da Quinta dos Passarinhos – obras de urbanização - Foi lançado concurso público

1.7. Travessa Santa Catarina – concluir obras de arruamento - Concluído

1.8. Percurso panorâmico da Falésia (projecto e obra até ao Hotel da Falésia) - Encontra-se pendente da entrega do Relatório Final do estudo Geotécnico

1.9. Pombais (executar as obras do novo projecto) - Anulada a adjudicação da empreitada por Despacho Superior, estando a ser ponderada a realização das obras através de administração directa.

1.10. Qualificação do Parque Escolar – intervenções na Escola EB 1 n.º 2 e na Escola de Porto Covo -

Na EB1 n.º2 foram executadas as obras no espaço exterior e pequenas obras no interior. Na EB de Porto Covo não foram realizadas quaisquer obras por indefinição do tipo de equipamento para o local, aguarda projecto para nova EB/JI

1.11. Conjunto habitacional da Costa do Norte – executar acessos e arranjos exteriores – Concluído.

1.12. Praceta António Correia da Piedade - Foram realizadas pequenas obras no pavimento, executadas por administração directa (existe projecto de requalificação para o local).

1.13. Percurso Ecocultural do Litoral – Executar as obras do troço entre a Avenida da Praia e o futuro Complexo Desportivo, mais o troço da Cova do Lago – Ribeira dos Moinhos, para permitir a fruição da

população residente e turística da Paisagem e contacto com o património natural da zona norte/panorama marítimo - Aguarda conclusão do projecto de execução.

1.14. Construção/comparticipação em Centro de Dia em Porto Covo - Elaborado projecto base, a candidatura não foi aprovada.

1.15. Construção de Pavilhão Multiusos em Porto Covo, que permita a realização de eventos desportivos, culturais e sociais - A obra encontra-se em curso, estando prevista a sua conclusão em Agosto de 2010.

1.16. Construção da Casa de Velório em Porto Covo - O projecto de execução encontra-se concluído, aguarda aprovação superior.

1.17. Requalificação e alargamento da Estrada Municipal 554/1115, dotando esta via de melhores condições de tráfego e segurança - Aguarda conclusão do processo de expropriação para lançamento da empreitada.

2. Empreitadas executadas em 2009 e não previstas:

EMPREITADAS EXECUTADAS EM 2009 E NÃO PREVISTAS	FASE
Consolidação do Pontão do Pessegueiro	Concluído
Reparação de vidros e Caixilhos da Piscina Municipal	Concluído
Montagem de andaimes do Depósito de água	Concluído
Reparação do depósito de água	Concluído
Vedação do campo de jogos do Bº do Farol, em Sines	Concluído
Parque Infantil da Alameda da Paz - Refer	Concluído
Alterações na habitação Rua Capitães de Abril, nº 49, em Sines	Concluído
Construção de Estação Elevatória na Avª Vasco da Gama	Concluído
Prolongamento da rede de abastecimento de água em Vale Vistoso	Concluído
Fornecimento e Montagem de um Depósito de Água para Monte Chãos	Empreitada em curso
Fornecimento e aplicação de vedação nas Estações Elevatórias de Porto Covo	Empreitada em curso
Deslocalização do mini campo de jogos do Bº do Farol para a Alameda da Paz	Concluído
Pavimentação da Estrada do Encalhe	Empreitada em curso
Reparação de cobertura de habitação - Ribeira dos Moinhos	Concluído
Fornecimento e Montagem de Telheiro - ZIL 2	Empreitada em curso
Acesso à Escola PP Sul	Concluído
Reposição/Reparação do pavimento em redor do edifício da	Empreitada em curso

Piscina Municipal	
Desmontagem da rede eléctrica no Arruamento de Santa Catarina	Concluído
Obras de requalificação no Parque Infantil da Baixa de S. Pedro	Concluído
Trabalhos de pintura da sala de exposições do 1º andar do CAS	Concluído
Ampliação da Casota do gerador da EE2 de Porto Côvo	Empreitada em curso
Pintura da Sala de Exposições do piso -1 do CAS	Concluído
Fornecimento e montagem de uma cobertura num pré-fabricado - Bº dos 124 fogos, Sines	Concluído
Obras de alteração na cafetaria e WC do Museu do Castelo de Sines	Concluído
Adaptação das antigas instalações dos CTT a Julgados da Paz	Aguarda conclusão do Projecto
Parque de estacionamento nas traseiras da Refer	Aguarda decisão de prioridade
Trabalhos de reabilitação do recinto de jogos no Pavilhão dos Desportos em Sines	Encontra-se no Gabinete Jurídico para parecer
Pintura da caixa de escada e hall de entrada dos edifícios do B.º da Floresta	Aguarda conclusão do Projecto
Trabalhos na linha de água na Afeiteira	Aguarda conclusão do Projecto
Construção de gavetões e ossários para cemitério	Aguarda conclusão do Projecto
Arruamentos da Rua da Floresta	Aguarda conclusão do Projecto

14. Divisão de Serviços Urbanos

1. Prosseguir com as intervenções no sistema elevatório de esgotos de Sines, tendente ao seu completo envio para a ETAR - Concluído.
2. Prosseguir as negociações com as Águas de Santo André com vista à obtenção de uma solução sustentável do ponto de vista económico e ambiental para o tratamento dos esgotos da Cidade de Sines - A AdSA encerrou as negociações.
3. Desenvolver um sistema de telesinalização e de mediação de caudais bem como estudar formas de eliminar progressivamente as redes de esgotos mistas - Incluído em candidatura ao POVT, estudo prévio da Sulplano.
4. Introduzir beneficiações na ETAR de Porto Covo, no sentido da melhor qualificação do seu funcionamento - Projecto em curso com recurso a meios internos.
5. Qualificação do sistema de abastecimento de água para consumo humano da cidade de Sines - Incluído em candidatura ao POVT, estudo prévio da Sulplano.

6. Reforço do abastecimento de água a Porto Covo, com desenvolvimento de estudos para aumento de armazenagem - Incluído em candidatura ao POVT, estudo prévio da Sulplano.

7. Abastecimento de água à Terça Parte – transitou para 2010, em virtude de outros trabalhos que foram realizados terem ocupado os recursos disponíveis: beneficiações nas estações elevatórias de esgotos de Porto Covo, Desnitrificador no Sistema do Casoto, Beneficiações nas estações elevatórias de esgotos de Sines, Trabalhos correntes de manutenção de redes e equipamentos.

8. Implementar o programa de controlo de Qualidade para a Divisão, com prioridade para a distribuição da água de consumo humano - Apresentada proposta para implementação que não teve acolhimento superior, por não corresponder aos objectivos pretendidos.

9. Iniciou-se em 2009 um procedimento de fornecimento de contentores (30) e ecopontos (15) em profundidade, que está neste momento em fase de relatório preliminar de intenção de adjudicação.

10. Encontra-se em fase de concurso para adjudicação das obras de edificação do eco - centro (da responsabilidade da Ambilital).

11. Foi concluído o processo de revisão do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene Pública, que entorru em vigor no dia 5 de Fevereiro de 2010.

12. Em 2009 não foram criados espaços verdes novos pelos serviços da CMS, uma vez que o espaço verde que estava previsto (quintal da CMS), só pode ficar terminado agora devido ao atraso das outras obras envolvidas.

12. Elaboração do procedimento de concurso público e respectivas peças para beneficiação do Cemitério Municipal e conclusão da construção dos ossários.

15. Serviço de Educação

1. Foi dada continuidade ao processo de qualificação do Parque informático das escolas básicas (pré e 1º ciclo Básico) - garantindo os meios de acesso eficaz às novas tecnologias para o desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento das crianças destes níveis de ensino.

2. Foi dada prossecução ao equipamento e apetrechamento da nova Escola do Centro Escolar Sul.

3. Acção Social Escolar:

a) Foram atribuídas bolsas de estudo de acordo com regulamento em vigor.

b) Prosseguiu-se a Componente de Apoio à Família - Acção de apoio às famílias com o objectivo de possibilitar que as crianças de nível pré-escolar possam frequentar um estabelecimento educativo que

dê resposta à necessidade de se ocuparem com actividades adequadas do ponto de vista lúdico social durante o horário laboral dos pais.

c) Prosseguiram-se os transportes escolares - Acção da competência da Autarquia, fundamental para garantir a frequência das crianças e dos alunos nos estabelecimentos educativos.

d) Prosseguiu-se a actividade dos Refeitórios Escolares - Serviço de suporte fundamental nos Estabelecimentos Educativos que contribui para criar condições que garantam a acessibilidade à educação básica.

e) Continuidade do projecto de Actividades de Enriquecimento Curricular ao abrigo do contrato de execução – Este programa, ao qual a Autarquia se candidatou em pareceria com o Agrupamento Vertical das Escolas Básicas de Sines, consiste numa medida fundamental na prossecução de uma política educativa que desenvolve capacidade nas crianças e jovens para que, no futuro se tornem cidadãos activos, proactivos e críticos.

4. Iniciativas Diversas – Estas iniciativas consistem em actividades lúdicas, pedagógicas e orientadoras que permitem às crianças desenvolver as suas capacidades de aprendizagem, mas também dar-lhes a conhecer outros elementos da Comunidade Educativa e outros meios de estreitar o conhecimento relativamente à realidade local, regional, nacional e global onde se inserem:

4.1. Dia do Município

Não foi realizado porque se sobrepunha a outras actividades da CMS

4.2. Festa de natal

Concluída

4.3. Recepção à Comunidade Educativa

Concluída

4.4. 25 de Abril

Não foi realizado porque se sobrepunha a outras actividades da CMS

4.5. Encontro/Colóquio sobre a Educação

Não foi iniciado por incompatibilidade de calendarização com as Escolas

4.6. No âmbito do Mês da criança e da Educação foram realizadas as actividades do Dia da Criança, 1.ªs Cambalhotas, Olimpíadas escolares, Dia do ambiente e dos oceanos (serviço de ambiente). Não se realizou a Festa da Educação porque havia incompatibilidade de calendarização com as Escolas.

4.7. Foram prestados apoios financeiros ao Agrupamento Vertical das Escolas de Sines, de acordo com as competências legais acometidas à Câmara Municipal de Sines e em complemento destas, no sentido de melhor funcionamento das Instituições.

16. Serviço de Acção Social

1. Continuidade do processo de monitorização do Plano de Acção e Plano de Desenvolvimento Social, que se desenvolve anualmente. Relativamente à actualização do Diagnóstico Social do Concelho, essa actividade encontra-se por concluir estando previsto o seu término durante o corrente ano.

2. Coordenação permanente com as instituições competentes (Segurança Social, Instituto de *Emprego e Formação Profissional*, *Comissão de Protecção de Menores*, ...), *no sentido do bom encaminhamento das situações de carência social, através da participação no Núcleo Local de Inserção, no projecto da Rede Social e na CPCJ. Para além dessas parcerias, o serviço assume uma relação privilegiada com todas as entidades do Concelho no encaminhamento de situações problemáticas. Essa acção é inerente ao próprio serviço, foi desenvolvida e continua a ser desenvolvida diariamente.*

Relativamente às actividades abaixo referidas, todas elas foram realizadas e prevê-se a sua continuidade para o ano de 2010.

3. Programa de apoio à 3ª idade (a par das iniciativas destinadas a esta faixa da população nas áreas da habitação, do desporto e da cultura):

3.1. Realização do Passeio da Primavera de forma a proporcionar à população sénior do concelho um momento de convívio e de lazer, para muitos, a única oportunidade de conhecer o nosso País e a sua riqueza patrimonial e cultural. Este projecto abrange cerca de 1200 participantes dos 55 anos aos 90 anos.

3.2. Festa de natal com os seniores do concelho de forma a proporcionar o convívio e combater o isolamento social.

3.3. Funcionamento regular dos Espaços Seniores e realização de iniciativas especiais, designadamente por altura da comemoração dos aniversários destes espaços.

Divisão de Cultura e Desporto

17. Serviço de Cultura

1. Foi realizada a 11ª edição Festival Músicas do Mundo (FMM), tirando partido do novo cenário da recuperação do Castelo e das actividades aí instaladas, particularmente a Casa Vasco da Gama e a grande exposição sobre o Século XX em Sines.

2. Foram realizadas iniciativas de Comemoração do 25 de Abril.

3. Foram realizadas as comemorações do Dia do Município, tendo como actividade principal e inovadora, além das previstas cerimónias oficiais, o projecto desenvolvido em parceria com as diversas associações do concelho – A Pedra do Homem.

4. Maio em Sines

4.1 Dia do Trabalhador, com festa e animação no Parque Desportivo Municipal, em colaboração com as Instituições sindicais locais.

4.2 O Dia do Pescador foi comemorado através da edição de um jornal com entrevistas e histórias de vida de gente ligada ao mar e à pesca.

Não se realizou a exposição sobre as Pescas que foi substituída por exposição sobre as Filarmónicas Portuguesas, destacando-se o trabalho realizado pela SMURSS local.

5. Sines em Jazz – Foi realizada a edição de 2009 do Sines em Jazz, com concertos no auditório do CAS.

6. Foi realizado programa de animação na Avenida Vasco da Gama, para a Feira de Agosto.

7. Procedeu-se à comemoração do Dia Internacional da Mulher, com diversas iniciativas, de onde se destacam o lanche convívio e a caminhada.

17.9. Atribuição de subsídios e outros apoios a Associações de Cultura, através de protocolo escritos, discutidos por ambas as partes e estabelecidos caso a caso, destacando o efectuado com o Teatro do Mar e com a Escola das Artes, com critérios e relação das contrapartidas específicas para o ano 2009.

Serviço de Cultura: Museus e Patrimónios

1. Com a recuperação do Castelo e a instalação da Casa Vasco da Gama, o núcleo do Museu e a grande exposição sobre o Século XX foram criadas as condições para a dinamização daquele património e dos projectos aí instalados, o que em 2009 se efectivou através das seguintes acções:

1.1. Visitas guiadas e actividades pedagógicas com as escolas do conselho;

1.2. Edição do jornal “redes do tempo”; editada monografia sobre o Forte da Ilha do Pessegueiro;

1.3. Edição do guia “Ler a Paisagem” e comemoração dos 150 anos do aniversário de Cláudia de Campos;

2. Apoio ao projecto “ Celebração da Cultura Costeira”, promovido pela Mútua dos Pescadores do qual a Câmara Municipal de Sines é co - financiadora, e que resultará no inventário do património cultural ligado às pescas., através da realização do encontro final do projecto.

3. Outras actividades não previstas:

3.1. Inventariação das colecções legadas por José Miguel da Costa;

3.2. Organização das reservas do Museu;

3.3. Restauro de peças;

3.4. Lançados os concursos para equipar a cafetaria do Castelo;

3.5. Dia 10 de Junho concerto no Castelo de música renascentista;

3.6. Jornadas europeias do património, realizadas em Setembro e com visitas guiadas;

3.7. Apoio à parceria para a regeneração urbana e plano de salvaguarda do centro histórico.

Biblioteca

De entre as acções inerentes ao desenvolvimento da actividade da biblioteca, destacam-se as seguintes acções já executadas ou em curso:

1. Executadas

1.1. Dinamização de actividades de promoção do livro, da leitura e do espaço da Biblioteca Municipal, mensalmente, para vários públicos e considerando diversas efemérides dedicando, no mínimo, um terço da programação supracitada à comunidade escolar;

- 1.2. Reforço e actualização da colecção da Biblioteca Municipal de Sines;
 - 1.3. Apresentação de proposta e consequente aceitação, por parte da Rede de Bibliotecas Escolares, de projecto para apoio financeiro à instalação da Biblioteca Escolar da Escola nº 3;
 - 1.4. Intervenção nos Espaços Seniores da cidade;
 - 1.5. Alteração da localização da Hora do Conto para o Espaço Infantil da BM Sines;
 - 1.6. Constituição de critérios e aquisição de consumíveis para tratamento informatizado da colecção (novas cotas na lombada), operacionalização do sistema anti-furtos e colocação de etiquetas anti-furtos em toda a documentação disponível para empréstimo;
 - 1.7. Reconhecimento da BMS como Centro Certificador de Competências Básicas de Tecnologias da Informação.
2. Em Curso
- 2.1. Instalação do novo software Winlib (Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas);
 - 2.3. Aumento da oferta de postos públicos de acesso Web;
 - 2.4. Disponibilização do catálogo bibliográfico on-line;
 - 2.5. Reprocessamento documental de toda a colecção da BMS (incluindo o espólio da antiga biblioteca e doações).

18. Serviço de Desporto

1. Continuação do programa de apoio ao Associativismo Desportivo, tendo sido atribuídos os apoios até Agosto de 2009, os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, referentes à Época Desportiva 2009/2010 estão para aprovação.
2. Realização de eventos desportivos:
 - 2.1. Seminário sobre Desporto - Esta iniciativa não se realizou porque a CMS entendeu não ser oportuna a sua realização em 2009.
 - 2.2. Prova Internacional de BTT - Esta prova não se realizou, devido à contenção de despesas foi opção da autarquia não organizar provas internacionais, que implicam grandes encargos.
 - 2.3. Torneio Internacional de Escolinhas de Futsal - Esta iniciativa não se realizou pelos motivos já aduzidos a propósito da acção anterior.

2.4. Sines Praia - Esta iniciativa não se realizou porque na data agendada a possível maioria de equipas participantes estavam integradas num Torneio a decorrer no Pavilhão dos Desportos.

2.5. Torneio Internacional de Futsal - Esta iniciativa não se realizou, porque implicava grandes encargos financeiros.

2.6. Encontro Nacional Seniorgym - Esta iniciativa não se realizou, em virtude de ter sido anulada pelo organismo promotor, devido ao reduzido número de participantes inscritos.

2.7. Torneio Internacional de Hóquei em Patins - Esta iniciativa não se realizou, pelas razões que mencionámos, em relação a provas internacionais

2.8. Grande Prémio de Atletismo de Porto Covo - Esta iniciativa realizou-se no dia 30 de Agosto.

3. Realizaram-se diversas iniciativas integradas neste Programa Sines em Movimento: Futsal Escolar /Futsal Challenge; Raid BTT - Alvalade /Porto Côvo; Pentatlo Moderno - 4ª Etapa do Circuito nacional Super Jovem; Prova de Orientação Pedestre - 3º Troféu Ori-Alentejo; Futsal - Torneio Inter- Empresas; Parapente - Edição da Maratona Grândola/Sines.

4. Prossecução do programa de expressão físico - motora, integrado nas Actividades de Enriquecimento Curricular, no qual participaram todas as crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico, Jardins-de-infância e Infantários.

No 1º Ciclo do Ensino Básico constituído por 6 Unidades Didácticas, nos Jardins-de-infância por 5 Unidades Didácticas

Actividades Pontuais: Brincadeiras Aquáticas; Percursos na Natureza; Olimpíadas Escolares

5. Promoção do “ Programa Desporto É Vida + 55”, com o objectivo de proporcionar actividade desportiva indispensável a uma melhor qualidade de vida dos mais idosos.

Neste Programa realizaram-se todas as actividades tanto pontuais como regulares, para os 270 participantes inscritos no programa

Regulares: Hidroginástica, Natação, Ginástica, Ginástica Localizada e Dança

Pontuais: Caminhada do Dia Internacional da Mulher

Caminhada Porto Côvo - Ilha do Pessegueiro

Tertúlia Sobre Alimentação Saudável

Vida em Movimento

Avós e Netos

Rastreio Médico

Festa de Encerramento na Discoteca Alexander's

Festa de Natal

Intercâmbios com outras Autarquias

6. Outras actividades realizadas:

Festival Hidrofun

Circuito de Cadetes - Natação

Festa de Encerramento do Programa Baby Gym

Festival de Ginástica de Sines

Férias Activas

Festival de Natação

Torneio de Ténis

Campeonato Nacional de Pesca Submarina - 1ª e 2ª Jornada

Torneio Quadrangular de Futsal

Torneio Quadrangular de Futebol 11

Grande Prémio Crédito Agrícola Costa Azul - Ciclismo

Semana da Mobilidade Europeia

Campeonato Nacional de Salvamento Aquático

Torneio Nadador Completo

Sines a Caminhar é mais Saudável, organização de 2 caminhadas por mês com participação aberta à população.

Departamento de Ambiente e Planeamento Urbanístico

19. Divisão de Gestão Urbanística

1. Conclusão da Implementação do sistema informático decorrente do novo regime jurídico da urbanização e edificação, com vista à simplificação dos procedimentos inerentes à actividade da Divisão, resultando assim na sua desburocratização e prestação de um melhor serviço aos munícipes, designadamente no que se refere aos prazos de resposta que serão, desta forma, substancialmente reduzidos.

2. Implementação plena do gestor de procedimento, enquanto elo de ligação privilegiado entre o cidadão e a Divisão de Gestão Urbanística, disponibilizando a todo o tempo, no sistema informático, informação actualizada sobre ponto de situação dos processos em curso na Divisão.

20. Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território e Ambiente

1. Continuação dos trabalhos de revisão do Plano Director Municipal de Sines.
2. Continuação dos trabalhos inerentes à elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Sines como plano integrado no programa de revitalização do Centro Histórico, constitui uma peça fundamental no processo de regeneração urbana da cidade de Sines e uma prioridade da Câmara Municipal de Sines para 2009, pressupondo-se o envolvimento de toda a população na definição de uma estratégia global para a revitalização da zona, reforçando a sua centralidade e identidade cultural.
3. Continuação dos trabalhos de elaboração do Plano de Pormenor da Cidade Desportiva
4. Plano de Pormenor da Zona de Expansão a Norte da Estrada da Floresta de Sines – Processo de elaboração do PP que contribuirá para a disponibilização de solos para equipamentos espaços verdes e de uma oferta equilibrada de habitação - Não iniciado, em virtude de indicações superiores.
5. Continuação dos trabalhos de elaboração do Plano de Pormenor da Zona de Expansão Norte de Sines.
6. Encontram-se a decorrer os trabalhos de elaboração do Plano de Pormenor da Zona Poente de Sines
7. Plano de Pormenor da Baixa de São Pedro - Não iniciado, por indicação superior.
8. Concluído o Plano de Pormenor da Cova do Lago
9. Concluídos os Estudos Urbanísticos considerados relevantes para o desenvolvimento estratégico do concelho, a saber:

Frente Marítima /Avenida Vasco da Gama – incluindo Museu do Mar e dos Descobrimentos e Monumento ao Pescador;

Quinta de São Sebastião;

Praça da Republica;

Avenida General Humberto Delgado;

Novo Centro Administrativo de Sines;

Jardim do Plano de Pormenor Sul – Parque dos Navegadores;

Portinho de Porto Covo – Porto de Recreio e de Pesca de Porto Covo

Ribeira dos Moinhos

10. Foi dado início à concretização de um sistema integrado de monitorização de controlo e gestão da execução de planos municipais de ordenamento do território, que compreende o registo centralizado de contratos (direitos e obrigações), cadastro, programação de execução, compensações e reserva urbanística de solos.

11. Deu-se início à elaboração da Carta Municipal de Equipamentos

12. Foi concluído o Anuário Estatístico: apresentação de um anuário estatístico de caracterização da dinâmica urbanística do concelho e que apoie o equilíbrio entre a oferta e a procura.

13. Concluído o processo de implementação do Sistema de Gestão Integrada de Saúde e Ambiente (GISA).

14. No âmbito das Políticas Municipais de Desenvolvimento Sustentável foram definidos um conjunto de objectivos e indicadores que permita medir a sustentabilidade do concelho.

15. Concluído o Programa de Educação Ambiental 2008/2009. A decorrer o Programa de Educação Ambiental 2009/2010.

16. Plano de Mobilidade da Cidade de Sines - Não iniciado, por indicações Superiores.

17. Realizadas iniciativas de Comemoração da Semana Europeia da Mobilidade, encontrando-se em curso a introdução de medidas que favoreçam a utilização dos modos suaves de transporte.

18. Foi parcialmente realizado o projecto da Agenda do Ambiente, integrada na Actua.

19. Realizada a Feira do Ambiente

20. Foram concretizadas medidas de melhoria de desempenho ambiental das Tasquinhas de Sines para que, também os mais relevantes eventos realizados pela Câmara Municipal, tenham uma marca de qualidade ambiental.

21. Foram sugeridas pelo Serviço de Ambiente medidas de melhoria do desempenho ambiental nos edifícios mas não foram implementadas, em virtude de requerem um investimento inicial avultado.

22. O projecto de Marketing Territorial não foi iniciado por indicação superior, na medida em que se considera que o mesmo deve ser desenvolvido no quadro do plano estratégico da cidade a elaborar.

21. Serviço de Juventude

1. Deu-se continuidade à Edição da Revista Actua, que alcançou em 2009 a sua 12ª edição, afirmando-se como um meio de comunicação essencial entre a Câmara Municipal de Sines e a população juvenil do concelho, tendo conseguido alcançar, através da criação de um conselho redactorial, o seu objectivo primeiro que era a participação dos jovens na definição e elaboração dos seus conteúdos.

2. Foram realizadas as iniciativas comemorativas do Dia Mundial da Juventude integradas na Quinzena da Juventude, sobretudo através de iniciativas de carácter musical, destacando-se a participação de jovens músicos portugueses, bem como a parceria com a EAS – serviço de música.

3. Foram realizados diversos ateliers integrados no Programa de Formação da Casa da Juventude, a saber:

Atelier "Self Wear"

Workshop de Música e Tecnologia em parceria com a Escola das Artes.

Continuação do Workshop de Música e Tecnologia em parceria com a Escola das Artes.

Workshop de Voz e Locução com o formador João Craveiro, realizado em parceria com a Escola das Artes.

Workshop de Expressão Dramática com João Craveiro.

4. Apoio a Associações Juvenis e a diversos jovens da Escola Poeta Al Berto com as suas áreas de projecto de 2009.

5. Celebrou-se a assinatura da Carta de Parceria entre o Graal e a Associação Jov. EmSines, que oficializou o Banco de Tempo de Sines. O evento contou com a presença de representantes do Graal, da Câmara Municipal de Sines e do grupo de alunos da Escola Poeta Al Berto que está a desenvolver a iniciativa.

6. Participação no Intercâmbio Multinacional Europeu para a Juventude, através da integração de uma jovem de Sines, pelo seu reconhecido desempenho e mérito enquanto aluna da EAS.

7. Foram realizadas diversas iniciativas culturais e recreativas integradas no Programa regular de dinamização e animação da Casa da Juventude de Sines.

8. Foram realizadas actividades desportivas durante as pausas lectivas, coordenadas com o serviço de desporto, proporcionando aos jovens de Sines férias saudáveis ligadas aos desportos de mar e de natureza e demais actividades de ar livre, designadamente através dos programas Juventude Desportiva e Férias Activas.

22. Serviço de Sistemas de Informação Geográfica

1. Continuação dos trabalhos de Implementação do SIG Municipal.
2. Continuação da elaboração do Regulamento Intermunicipal de Cartografia.
3. Em 2009 foram celebrados protocolos com IGP e INE para troca de informação geográfica, a qual permitirá a actualização do sistema, nomeadamente no que se refere às redes de infra - estruturas existentes no Concelho, com informação geográfica rigorosa, pretendendo-se que esta cooperação se alargue a outras entidades.

23. Serviço de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

1. Conclusão da empreitada de adequação de edifício para instalação dos serviços internos de medicina no Trabalho/saúde ocupacional, estando em falta o equipamento e mobiliário.
2. Foi dado início ao trabalho de implementação de uma política de prevenção, a qual se encontra na fase de avaliação de riscos.

24. Serviço de Habitação

1. Não foi concluído o Plano Local de Habitação.
2. Encontra-se em fase de conclusão o processo de atribuição dos fogos do conjunto habitacional da Costa do Norte, sendo que dos 23 fogos construídos existem 3 ainda não entregues em virtude do processo do agregado aguardar decisão da entidade bancária relativamente ao financiamento.
3. Procedeu-se à selecção, por concurso, dos adquirentes das habitações resultantes do CDH a promover em 2009.
4. O CDH da Courela da Cruz encontra-se em fase de licenciamento. A operação de loteamento está na fase final, sendo que os projectos de edificação já receberam parecer favorável do IHRU.

25. Fiscalização Municipal – Serviços de Sinalização e Trânsito

1. Não foi adquirido o equipamento de sinalização horizontal das vias, o qual transitou para 2010,
2. Continua em execução a substituição/renovação da sinalização vertical, bem como a conclusão do seu cadastro.

26. Serviço de Turismo

1. Realização do evento “Tasquinhas de Sines 2009”, a qual atraiu milhares de visitantes.

2. Foi realizado o SinesCat em Maio de 2009, prova de catamarã de vela ligeira, com participação de cerca de 40 velejadores.
3. Não foi dado início à produção de materiais de merchandising turístico, em virtude dos seus avultados custos.
4. Participação na BTL 2009.
5. Realizada, e plenamente conseguida, a candidatura de praias do concelho ao galardão Bandeira Azul da Europa com a realização das actividades de educação ambiental que lhe são inerentes.
6. Foram realizadas iniciativas de comemoração do Dia Mundial do Turismo.
7. Foi realizada mais uma edição do Concurso Montras de Natal, como forma de dinamização do processo de animação e decoração da cidade na quadra natalícia, promovendo, assim, o comércio local.
8. Não foi dado início às acções, designadamente de formação, em parceria com a Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, como forma de promoção e reforço da atractividade do comércio local e tradicional.

Parte III. Análise Orçamental, Económica e Financeira

1. Análise Orçamental

1.1. Execução Orçamental¹

No início do ano 2009, em harmonia com os instrumentos de gestão previsional atempadamente aprovados, o orçamento municipal importava quer na receita quer na despesa em € 49.498.970,00. Com o processo de reforço/ diminuição (modificações) das dotações orçamentais inicialmente previstas, os montantes globais da receita e da despesa passaram a ser, respectivamente, de € 61.904.475,41 e € 50.614.811,92. Na gestão de 2009 a execução orçamental foi marcada pela aprovação de uma candidatura ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, doravante designado por PREDE, regulado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, com as necessárias adaptações nos termos da Resolução do Concelho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro. O PREDE visou garantir os pagamentos a credores privados das dívidas vencidas dos serviços e dos organismos da administração directa e indirecta do Estado, das Regiões Autónomas e dos Municípios. Em virtude dos compromissos assumidos para o Município de Sines foi aprovado um financiamento no montante de € 11.325.803,00 tendo sido contratados € 11.288.618,93, dos quais € 6.773.184,32 foram contratados com a Crédito Agrícola – Caixa da Costa Azul e € 4.515.434,61 com a Direcção – Geral do Tesouro e Finanças. Por recurso aos procedimentos de modificação ao orçamento e através da alteração orçamental n.º 7, aprovada a 15.07.2009 e ratificada por unanimidade em reunião do órgão Executivo de 06.08.2009, no capítulo económico 12 - Passivos Financeiros foram introduzidos os valores anteriormente referidos. Um dos princípios orçamentais legalmente determinado pelo POCAL é o Princípio do Equilíbrio, que determina que “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. Implicitamente este princípio determina que um dos objectivos da gestão autárquica é a regra do equilíbrio orçamental corrente, podendo, no entanto, existir um excesso de receita corrente a afectar a despesas de capital. Com a introdução dos valores relativos aos empréstimos contratados no âmbito do PREDE, estamos perante a introdução de uma receita de capital que desequilibrava quer o orçamento de capital quer o orçamento global, mas que não contrariava o princípio contabilístico determinado pelo POCAL, pois mantém-se o equilíbrio corrente e o orçamento continua a prever todos os recursos necessários para cobrir todas as despesas. Assim se explica o desequilíbrio entre o total das receitas e o total das despesas de capital e consequentemente do orçamento global.

Em termos globais a receita atingiu uma execução orçamental de 50%, sendo a execução da receita corrente mais significativa que a execução da receita de capital, respectivamente 62% e 42%. No respeitante à despesa, em termos de valores globais, a sua execução atingiu os 61% apresentado um desvio relativamente ao nível de execução esperado de 39%. À semelhança do que aconteceu com a

¹ A análise à execução orçamental apresentada nesta sede, relativamente ao ano de 2009, tem por base os mapas relativos ao “Controlo Orçamental – Receita” ponto de ordem n.º 10 e “Controlo Orçamental – Despesa” ponto de ordem n.º 9, apresentados no Volume II da Prestação de Contas

receita também ao nível da despesa a execução corrente (76%) é mais significativa que a execução de capital (45%). Para melhor evidenciar o descrito apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro I – Execução Orçamental

Designação		Orçamento	Execução	Nível de Execução	Desvio Orçamental
Receitas	Correntes	26.089.626,48	16.287.073,72	62,43%	-37,57%
	Capital	35.814.366,93	14.887.520,54	41,57%	-58,43%
	Outras	482,00	601,51	124,79%	24,79%
Total de Receitas		61.904.475,41	31.175.195,77	50,36%	-49,64%
Despesas	Correntes	26.088.581,92	19.909.678,41	76,32%	-23,68%
	Capital	24.526.230,00	11.099.111,38	45,25%	-54,75%
Total de Despesas		50.614.811,92	31.008.789,79	61,26%	-38,74%

Relativamente aos saldos orçamentais a 31 de Dezembro o saldo corrente foi negativo, o que significa que o total arrecadado de receitas correntes foi inferior ao pago através do orçamento corrente, em concreto o saldo foi negativo no valor de € 3.622.604,69. No que respeita ao orçamento de capital, as receitas arrecadadas foram superiores às despesas realizadas pelo que o saldo de capital é positivo e no valor de € 3.788.409,16. Em termos globais, ou seja analisando o total das receitas cobradas e o total das despesas pagas, considerando também o saldo da gerência de 2008 no valor de € 16.837,65, no final do exercício económico o saldo global da gerência foi positivo de € 183.243,63.

Em termos orçamentais, analisando a natureza do financiamento realizado no âmbito do PREDE trata-se de uma receita de capital, no entanto o produto dos empréstimos contratados aplicou-se ao pagamento das dívidas independentemente da sua natureza ser corrente ou de capital. Assim, a 31 de Dezembro o saldo do orçamento corrente foi negativo por contrapartida de um saldo do orçamento de capital positivo, ou seja com recurso a uma receita de capital foram pagas despesas de natureza corrente.

Quadro II – Saldos Orçamentais

Receitas Correntes	16.287.073,72
Receitas de Capital	14.887.520,54
Outras Receitas	601,51
Despesas Correntes	19.909.678,41
Despesas de Capital	11.099.111,38
Total de Receitas	31.175.195,77
Total de Despesas	31.008.789,79

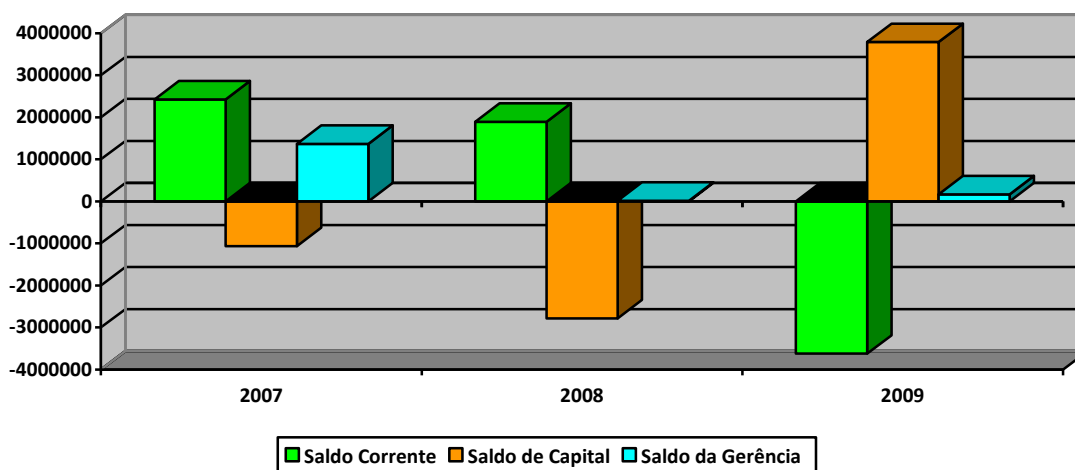
Saldo Corrente	-3.622.604,69
Saldo de Capital	3.788.409,16
Saldo da Gerência	166.405,98
Saldo da Gerência Anterior	16.837,65
Saldo Global	183.243,63

Quadro III – Saldo da Gerência no último triénio

Saldos Orçamentais	2007	2008	2009
Saldo Corrente	2.427.378,08	1.890.805,50	-3.622.604,69
Saldo de Capital	-1.063.633,32	-2.782.187,28	3.788.409,16
Saldo da Gerência	1.367.802,94	16.632,35	166.405,98
Saldo da Gerência Anterior	-460.597,64	205,30	16.837,65
Saldo P/ a Gerência Seguinte	907.205,30	16.837,65	183.243,63

Em termos gráficos, no último triénio, os saldos orçamentais apresentam-se da seguinte forma:

Gráfico I – Saldo Orçamentais



1.2. Receita

1.2.1. Evolução da Receita

Da análise à evolução da receita no último triénio constata-se que em termos globais e absolutos a gerência de 2009 foi a mais significativa, pois foi o ano em que se arrecadou o maior volume de receita, cerca de mais € 8.450.425,00 que no ano anterior. No entanto, em termos percentuais o exercício económico de 2007 foi o mais relevante com uma execução de 59%. A arrecadação de valores a título de receita corrente foi mais significativa no de 2008 atingindo cerca de 77% do inicialmente perspectivado, já a receita de capital teve um maior nível de execução no exercício económico de 2009, ano em que se alcançou uma execução orçamental de 42%, o que se deve à contratação dos empréstimos relativos ao PREDE razão pela qual, em termos globais, o volume total da receita arrecadada também foi mais relevante em 2009, como foi referido. Para melhor se visualizar a evolução da receita arrecadada no último triénio, apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro IV – Evolução da Receita

Ano	Natureza	RECEITAS			
		Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Exec. (%)
2007	Corrente	21.211.723,00	21.264.629,43	16.381.311,88	77,04%
	Capital	21.471.008,00	26.665.202,04	11.928.915,84	44,74%
	Outras	100,00	100,00	4.058,18	4058,18%
	Total	42.682.831,00	47.929.931,47	28.314.285,90	59,07%
2008	Corrente	23.641.747,00	23.720.479,10	18.335.325,66	77,30%
	Capital	24.356.498,00	26.542.007,52	3.481.430,70	13,12%
	Outras	735,00	907.735,00	908.014,13	100,03%
	Total	47.998.980,00	51.170.221,62	22.724.770,49	44,41%
2009	Corrente	25.942.740,00	26.089.626,48	16.287.073,72	62,43%
	Capital	23.555.748,00	35.814.366,93	14.887.520,54	41,57%
	Outras	482,00	482,00	601,51	124,79%
	Total	49.498.970,00	61.904.475,41	31.175.195,77	50,36%

1.2.2. Receita Corrente

Os impostos directos representam 37% da receita corrente e 19% da receita total recebida durante a gerência de 2009, e no global tiveram uma execução de 108%. De um modo geral todas as receitas relativas a impostos directos atingiram os valores considerados nas previsões orçamentais, com relevância para o Imposto Municipal sobre Imóveis (100%), Impostos Único de Circulação (127%) e Derrama (138%). Quanto aos restantes capítulos económicos os que apresentam uma execução mais significativa são as Taxas, multas e outras penalidades (118%) e os Rendimentos de propriedade (104%). A receita corrente representa cerca de 52% da receita total arrecadada e apresenta uma execução global de 62%. As receitas com maior peso estrutural relativamente ao cômputo global da receita corrente são os impostos directos (37%), as transferências correntes (32%) e a venda de bens e serviços (19%).

Quadro V – Receita Corrente

Receitas	2009				
	Orçamento Final	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
01. Impostos Directos	5.508.226,00	5.950.469,22	36,53%	19,09%	108%
IMI	1.818.302,00	1.809.996,13	11,11%	5,81%	100%
IUC	160.855,00	204.859,95	1,26%	0,66%	127%
IMT	1.720.015,00	1.577.011,28	9,68%	5,06%	92%
Derrama	1.593.148,00	2.202.363,55	13,52%	7,06%	138%
Impostos Abolidos	214.637,00	156.238,31	0,96%	0,50%	73%
Impostos directos diversos	1.269,00	0,00	0%	0%	0%
02. Impostos Indirectos	7.572.286,00	342.336,03	2,10%	1,10%	5%
04. Taxas, multas O. Penalidades	497.241,00	586.683,75	3,60%	1,88%	118%
05. Rendimentos de Propriedade	518.500,00	538.472,61	3,31%	1,73%	104%
06. Transferências Correntes	5.621.414,48	5.247.578,53	32,22%	16,83%	93%
07. Venda bens e serviços Correntes	3.062.459,00	3.040.554,62	18,67%	9,75%	99%
08. Outras Receitas Correntes	3.309.500,00	580.978,96	3,57%	1,86%	18%
Total de Receitas Correntes	26.089.626,48	16.287.073,72	100,00%	52,24%	62%

Para uma análise mais detalhada dos impostos directos e relativamente à sua evolução apresenta-se o quadro seguinte, onde se pode observar que o ano 2007 foi aquele em que a arrecadação de receita a este título foi a mais significativa, ano em que se alcançou um montante de € 7.546.634,77. Em 2009 os impostos directos diminuíram cerca de 5% (- € 286.649,26) relativamente a 2008 e 21% (€ 1.596.165,55) relativamente a 2007. De salientar que em 2009 a Derrama apresentou uma redução de € 943.445,00 relativamente a 2007 e o Impostos Municipal sobre Transacções onerosas um diminuição de € 476.354,00 relativamente ao mesmo ano.

Quadro VI – Evolução dos Impostos Directos

	2007	2008	2009
Receitas	Receita Cobrada Bruta	Receita Cobrada Bruta	Receita Cobrada Bruta
01. Impostos Directos	7.546.634,77	6.237.118,48	5.950.469,22
IMI	1.858.387,42	2.011.463,64	1.809.996,13
IUC	176.744,76	173.718,70	204.859,95
IMT	2.053.365,27	1.568.645,68	1.577.011,28
Derrama	3.145.808,02	2.347.906,57	2.202.363,55
Impostos Abolidos	312.329,30	135.383,89	156.238,31

Da análise à receita corrente por capítulo económico verifica-se que em termos estruturais o ano de 2008 foi aquele em este tipo de receita foi mais significativo, representando 81% do total da receita arrecadada e que o ano de 2009 foi o menos relevante com um peso de 52%. Em todos os exercícios económicos as receitas com mais importância são os impostos directos, as transferências correntes e a venda de bens de investimento.

Quadro VII – Evolução da Receita Corrente por capítulo económico

	Capítulo Económico	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)
2007	01. Impostos Directos	7.546.634,77	46,07%	26,65%
	02. Impostos Indirectos	808.843,23	4,94%	2,86%
	04. Taxas, multas e O. Penalidades	477.611,39	2,92%	1,69%
	05. Rendimentos de Propriedade	578.588,12	3,53%	2,04%
	06. Transferências Correntes	4.417.800,98	26,97%	15,60%
	07. Venda de Bens e Serviços Correntes	2.324.184,14	14,19%	8,21%
	08. Outras receitas correntes	227.649,25	1,39%	0,80%
	Total receitas correntes 2007	16.381.311,88	100,00%	57,86%
2008	01. Impostos Directos	6.237.118,48	34,02%	27,45%
	02. Impostos Indirectos	2.638.051,72	14,39%	11,61%
	04. Taxas, multas e O. Penalidades	645.861,66	3,52%	2,84%
	05. Rendimentos de Propriedade	526.915,06	2,87%	2,32%
	06. Transferências Correntes	4.297.883,29	23,44%	18,91%
	07. Venda de Bens e Serviços Correntes	3.521.540,64	19,21%	15,50%
	08. Outras receitas correntes	467.954,81	2,55%	2,06%
	Total receitas correntes 2008	18.335.325,66	100,00%	80,68%
2009	01. Impostos Directos	5.950.469,22	36,53%	19,09%
	02. Impostos Indirectos	342.336,03	2,10%	1,10%
	04. Taxas, multas e O. Penalidades	586.683,75	3,60%	1,88%
	05. Rendimentos de Propriedade	538.472,61	3,31%	1,73%
	06. Transferências Correntes	5.247.578,53	32,22%	16,83%
	07. Venda de Bens e Serviços Correntes	3.040.554,62	18,67%	9,75%
	08. Outras receitas correntes	580.978,96	3,57%	1,86%
	Total receitas correntes 2009	16.287.073,72	100,00%	52,24%

1.2.3. Receita de Capital

Na gerência de 2009 a receita de capital alcançou uma execução orçamental de 42% e este tipo de receita representou 48% da receita total arrecadada. O capítulo económico com maior taxa de execução é o relativo aos passivos financeiros em resultado da contabilização do produto dos empréstimos do PREDE e no montante global de € 11.288.618,93, conforme já referido no ponto 1.1., esta receita tem um peso de 81% no total da receita de capital arrecadada. Quanto aos restantes capítulos económicos há apenas a salientar a execução orçamental das transferências de capital (41%), receita que representa 19% do total da receita de capital. As restantes receitas não tiveram significado em termos de execução orçamental ou de peso estrutural.

Quadro VIII – Receita de Capital

Receitas	2009				
	Orçamento Final	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
09. Venda de Bens de Investimento	16.167.670,00	16.500,00	0,11%	0,05%	0%
10. Transferências de Capital	6.842.578,00	2.782.401,61	18,69%	8,93%	41%
11. Activos Financeiros	25.000,00	-	0,00%	0,00%	0%
12. Passivos Financeiros	12.758.618,93	12.088.618,93	81,20%	38,78%	95%
13. Outras receitas de capital	20.500,00	-	0,00%	0,00%	0%
Total de Receitas Capital	35.814.366,93	14.887.520,54	100,00%	47,75%	42%

No que concerne à análise da receita de capital por capítulo económico constata-se que a gerência do ano de 2009 foi a mais significativa pois no global atingiu-se uma execução de 48% contra 42% em 2007 e 15% em 2008. Em todos os exercícios as receitas com maior importância foram as transferências de capital e os passivos financeiros.

Quadro IX – Evolução da receita de capital por capítulo económico

	Capítulo Económico	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)
2007	09. Venda de bens de Investimento	1.014.041,93	8,50%	3,58%
	10. Transferências de Capital	5.896.018,62	49,43%	20,82%
	12. Passivos Financeiros	5.013.635,74	42,03%	17,71%
	13. Outras receitas	5.219,55	0,04%	0,02%
	Total receitas capital 2007	11.928.915,84	100,00%	42,13%
2008	09. Venda de bens de Investimento	77.504,00	2,23%	0,34%
	10. Transferências de Capital	2.880.869,95	82,75%	12,68%
	12. Passivos Financeiros	500.000,00	14,36%	2,20%
	13. Outras receitas	23.056,75	0,66%	0,10%
	Total receitas capital 2008	3.481.430,70	100,00%	15,32%

2009	09. Venda de bens de Investimento	16.500,00	0,10%	0,05%
	10. Transferências de Capital	2.782.401,61	17,08%	8,93%
	11. Activos Financeiros	-		
	12. Passivos Financeiros	12.088.618,93	74,22%	38,78%
	13. Outras receitas	-	0,00%	0,00%
	Total receitas capital 2009	14.887.520,54	100,00%	47,75%

1.2.4. Rácios da Estrutura da Receita

O quadro seguinte apresenta os rácios de gestão relativos à estrutura da receita, comparando os resultados alcançados no período entre 2007 e 2009:

Quadro X – Rácios de estrutura de receita

Indicadores de Gestão		2007		2008		2009	
1	Receita própria	4.416.876,13	15,60%	7.800.323,89	34,33%	5.089.025,97	16,32%
	Receita total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	
2	Receita interna	14.724.368,16	52,00%	16.679.767,64	73,40%	12.402.895,31	39,78%
	Receita total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	
3	Impostos directos	7.546.634,77	26,65%	6.237.118,48	27,45%	5.950.469,22	19,09%
	Receita total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	
4	Fundos Municipais	3.725.779,00	13,16%	3.912.068,00	17,21%	4.107.671,00	13,18%
	Receita total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	
5	Passivos Financeiros	5.013.635,74	17,71%	500.000,00	2,20%	12.088.618,93	38,78%
	Receita total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	
6	Fundos Comunitários	1.737.537,60	6,14%	1.633.750,39	7,19%	1.346.298,61	4,32%
	Receita total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	
7	Venda bens e serviços correntes	2.324.184,14	8,21%	3.521.540,64	15,50%	3.040.554,62	9,75%
	Receita total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	
8	Venda bens de investimento	1.014.041,93	3,58%	77.504,00	0,34%	16.500,00	0,05%
	Receita total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	

Indicador 1 - A receita própria que consiste no somatório dos impostos Indirectos com as Taxas, Multas e O. Penalidades, com os Rendimentos de Propriedade, com a Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes e com as Outras Receitas Correntes, alcançou o seu valor mais significativo em 2008, ano em representou cerca de 34% da receita total. Em 2009 esta receita teve um peso de 16% na receita global;

Indicador 2 – A receita interna calcula-se através da seguinte fórmula: Receita total – passivos financeiros – (transferências correntes – transferências de fundos comunitários correntes) – (transferências de capital – transferências de fundos comunitários capital), e em termos absolutos entre os anos de 2008 e 2009 constata-se um decréscimo de € 4.276.872,33;

Indicador 3 - 2008 foi o ano em que os impostos directos são mais representativos no cômputo da receita total representando cerca de 27%. Em 2009 esta receita representa apenas 19% do global da receita;

Indicador 4 – Em 2009 os fundos municipais oriundos do Orçamento de Estado² representam 13% do total da receita arrecadada;

Indicador 5 – Relativamente às três gerências em análise verifica-se que os passivos financeiros têm um maior peso no valor total da receita no ano de 2009, representando cerca de 39%;

Indicador 6 – A receita arrecadada a título de fundos comunitários têm em todas as gerências um peso ínfimo, variando entre os 4% e os 7%;

Indicador 7 – Em 2009 a Venda de Bens e Serviços representou cerca de 10% da receita total, contra 8% e 15% nos anos de 2007 e 2008, respectivamente;

Indicador 8 – A Venda de bens de Investimento não teve relevância no total da receita recebida, ainda assim foi mais significativa em 2007 ano em que alcançou os 4%.

1.3. Despesa

1.3.1. Evolução da Despesa

Da análise à evolução da despesa no último triénio verifica-se que em termos absolutos a gerência de 2009 foi a mais significativa, ano em que a despesa total atingiu os € 31.008.789,79 e uma execução orçamental de 61%, em resultado da receita arrecadada no âmbito do PREDE e dada a obrigação legal de proceder aos respectivos pagamentos no prazo de 30 dias após o visto do Tribunal de Contas sobre os empréstimos a contratar, o que efectivamente aconteceu a 13.07.2009. Em termos correntes, também o ano de 2009 foi o mais relevante com uma execução orçamental de 76%, no entanto já no

² Conforme Mapa XIX – Transferências para os Municípios, da Lei n.º 64-A/2008, 31 de Dezembro – Lei do Orçamento de Estado 2009

que concerne às despesas de capital 2007 foi o ano em que os valores executados são os mais aproximados das despesas que foi previsto realizar.

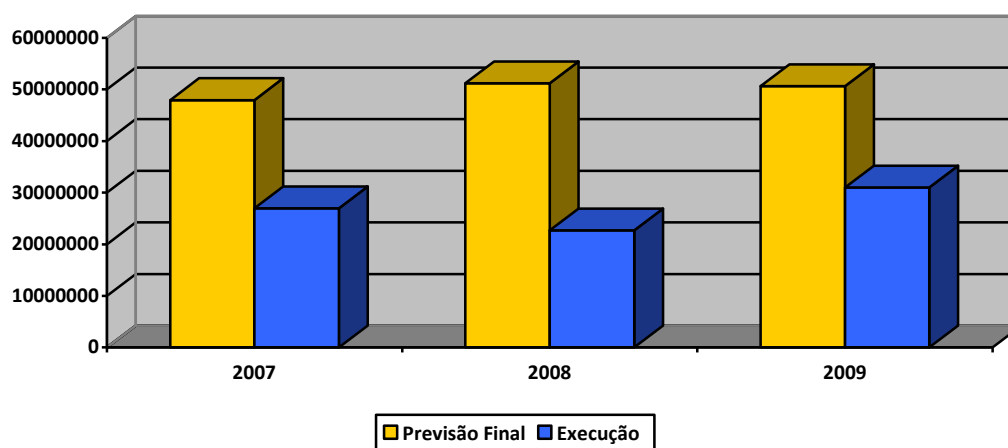
Para melhor se visualizar a evolução da despesa no último triénio, apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro XI – Evolução da despesa

Ano	Natureza	Despesas			
		Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Exec. (%)
2007	Corrente	21.211.723,00	21.264.629,43	13.953.933,80	65,62%
	Capital	21.471.108,00	26.665.302,04	12.992.549,16	48,72%
	Total	42.682.831,00	47.929.931,47	26.946.482,96	56,22%
2008	Corrente	23.641.747,00	24.030.479,10	16.444.520,16	68,43%
	Capital	24.357.233,00	27.139.742,52	6.263.617,98	23,08%
	Total	47.998.980,00	51.170.221,62	22.708.138,14	44,38%
2009	Corrente	25.942.740,00	26.088.581,92	19.909.678,41	76,32%
	Capital	23.556.230,00	24.526.230,00	11.099.111,38	45,25%
	Total	49.498.970,00	50.614.811,92	31.008.789,79	61,26%

Em termos gráficos, no último triénio, os saldos orçamentais apresentam-se da seguinte forma:

Gráfico II – Evolução da Despesa no último triénio



Numa análise mais detalhada da evolução da despesa e por capítulo económico, temos o quadro que se segue, no qual se pode verificar que relativamente ao ano de 2008, em 2009 a despesa corrente sofre um aumento de 21% e a despesa de capital de 77%.

Analisando mais detalhadamente a despesa corrente temos um aumento das despesas com pessoal de 14% em resultado do Contrato de Execução estabelecido entre o Município de Sines e Ministério da Educação através do qual foram delegadas no Município um conjunto de competências em matéria de educação, designadamente nos domínios do Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, Actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico e gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. A aquisição de bens e serviços sofreu um acréscimo de 38% que resultou, em grande parte, dos pagamentos realizados ao abrigo dos empréstimos contratados pelo PREDE, os quais incidiram sobre os créditos de entidades privadas, portanto fornecedores de bens e serviços e empreitadas. Os juros e outros encargos tiveram uma redução de 6%, pois em resultado do pagamento das facturas vencidas verificou-se uma diminuição da cobrança de juros de mora. As transferências correntes mantiveram-se ao nível do executado em 2008 e os subsídios (despesa relativa a encargos com Programas Ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional) registaram um aumento de 209%. As outras despesas correntes tiveram um aumento de 57%, pois nos termos do POCAL e do princípio orçamental da não compensação *“todas as despesas e receitas são inscritas pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza”* pelo que mensalmente os impostos municipais são registados pelo seu valor bruto ao qual é deduzida uma parcela relativa a reembolsos emitidos e encargos de cobrança de receitas do que resulta a receita líquida. Em termos de contabilização orçamental, e atendendo à Ficha de Apoio Técnico n.º 5/2007/RC do SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL) a receita é registada consoante a natureza do imposto no capítulo económico 01. Impostos directos e o valor a abater e relativo aos reembolsos emitidos é considerado na classificação económica 06.02.01 – Outras despesas correntes/ diversas/ impostos e taxas. Em 2009 houve lugar ao pagamento de reembolsos no valor de € 528.375,49, o que explica que o capítulo económico 06. Outras despesas correntes tenham tido uma execução de € 652.484,20 e um acréscimo de 57%.

Quanto às despesas de capital no seu cômputo global 2007 foi o ano em que a execução orçamental foi mais relevante, com destaque para a aquisição de bens de capital. Pela análise comparativa entre os anos de 2008 e 2009 resulta que as despesas relativas à aquisição de bens de investimento sofreram um acréscimo de 104%, reflexo, como anteriormente referido para as despesas com aquisição de bens e serviços, dos pagamentos efectuados no âmbito do PREDE e relativos a facturas de despesas de investimento/ empreitadas. As transferências de capital apresentam uma diminuição de 99%, pois na gerência de 2009 os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia assumiram o carácter de despesa corrente atendendo ao facto da tipologia das transferências dever atender à natureza da delegação de competências. Da análise aos activos financeiros resulta um aumento de 875% relativamente à gerência anterior, pois em 2009 procedeu-se ao pagamento de € 390.000,00 relativos ao aumento do património associativo da “Sines Tecnopólo”. No respeitante aos passivos financeiros verifica-se um decréscimo de 10%, e por último relativamente às outras despesas de capital constata-se um aumento na ordem dos 411%, pelo facto de se ter procedido ao pagamento de

indemnizações ao empreiteiro Teodoro Gomes Alho, conforme deliberações da Ex.ma Câmara Municipal de 04.01.2005 e 02.12.2004 e à SOMEK conforme deliberação da Ex.ma Câmara Municipal de 02.09.1998.

Quadro XII – Evolução das despesas por capítulo económico

Capítulo Económico	2007	2008	2009
01. Despesas com pessoal	7.020.642,40	7.603.682,62	8.694.544,88
02. Aquisição de bens e serviços	4.041.496,06	5.641.761,14	7.778.415,24
03. Juros e outros encargos	923.009,81	1.081.397,24	1.013.166,82
04. Transferências correntes	1.731.904,03	1.678.120,19	1.700.467,14
05. Subsídios	63.888,80	22.868,61	70.600,13
06. Outras despesas correntes	172.992,70	416.690,36	652.484,20
Total Despesas Correntes	13.953.933,80	16.444.520,16	19.909.678,41
07. Aquisição de bens de capital	11.947.977,19	4.684.572,89	9.548.090,21
08. Transferências de capital	341.661,68	359.123,64	3.000,00
09. Activos financeiros	30.000,00	40.000,00	390.000,00
10. Passivos financeiros	661.375,29	1.157.878,31	1.045.481,72
11. Outras despesas de capital	11.535,00	22.043,14	112.539,45
Total Despesas Capital	12.992.549,16	6.263.617,98	11.099.111,38
Total Despesas	26.946.482,96	22.708.138,14	31.008.789,79

1.3.2. Despesa Corrente

Relativamente às despesas correntes e em termos globais temos uma execução orçamental de 76% sendo que as despesas correntes representam cerca de 64% das despesas totais. Os capítulos económicos onde as despesas realizadas mais se aproximam das previsões orçamentais são as despesas com pessoal (97%) que representam 28% das despesas totais e 44% das despesas correntes, os juros e outros encargos (85%), os subsídios (94%) e outras despesas correntes (90%). Para uma análise mais detalhada da despesa corrente apresentam-se o quadro seguinte:

Quadro XIII – Despesas correntes por capítulo económico

Capítulo Económico	2009				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
01. Despesas com pessoal	8.951.399,27	8.694.544,88	43,67%	28,04%	97%
02. Aquisição de bens e serviços	12.423.167,59	7.778.415,24	39,07%	25,08%	63%
03. Juros e outros encargos	1.186.120,96	1.013.166,82	5,09%	3,27%	85%
04. Transferências correntes	2.731.093,91	1.700.467,14	8,54%	5,48%	62%
05. Subsídios	74.800,19	70.600,13	0,35%	0,23%	94%
06. Outras despesas correntes	722.000,00	652.484,20	3,28%	2,10%	90%
Total de Despesas Correntes	26.088.581,92	19.909.678,41	100,00%	64,21%	76%

1.3.3. Despesa de Capital

Quanto às despesas de capital e em termos globais estas representam cerca de 36% das despesas totais realizadas e tiveram uma execução de 45%. Fazendo uma análise por capítulo económico constata-se que a aquisição de bens de capital apresenta uma execução de 46% e representa 31% da despesa total e 86% das despesas de capital. As transferências de capital, e como anteriormente já foi referido, não têm expressão em termos de execução orçamental. Os activos financeiros apresentam uma execução de 79% e representam 4% das despesas de capital. As outras despesas de capital embora com um peso insignificante no cômputo global das despesas de capital apresentam uma execução de 66%.

Quadro XIV – Despesas de Capital por capítulo económico

Capítulo Económico	2009				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
07. Aquisição de bens de capital	20.849.130,00	9.548.090,21	86,03%	30,79%	46%
08. Transferências de capital	133.100,00	3.000,00	0,03%	0,01%	2%
09. Activos Financeiros	495.000,00	390.000,00	3,51%	1,26%	79%
10. Passivos Financeiros	2.878.000,00	1.045.481,72	9,42%	3,37%	36%
11. Outras despesas de capital	171.000,00	112.539,45	1,01%	0,36%	66%
Total de Receitas de Capital	24.526.230,00	11.099.111,38	100,00%	35,79%	45%

1.3.4. Rácios da Estrutura da Despesa

Quadro XV – Rácios de estrutura da despesa

Indicadores de Gestão		2007		2008		2009	
1	Receita Total	28.314.285,90	105%	22.724.770,49	100%	31.175.195,77	101%
	Despesa Total	26.946.482,96		22.708.138,14		31.008.789,79	
2	Receita corrente	16.381.311,88	117%	18.335.325,66	111%	16.287.073,72	82%
	Despesa Corrente	13.953.933,80		16.444.520,16		19.909.678,41	
3	Despesa Corrente	13.953.933,80	52%	16.444.520,16	72%	19.909.678,41	64%
	Despesa total	26.946.482,96		22.708.138,14		31.008.789,79	
4	Receitas próprias	12.982.772,38	48%	14.138.003,12	62%	11.055.995,19	36%
	Despesa Total	26.946.482,96		22.708.138,14		31.008.789,79	
5	Fundos Municipais	3.725.779,00	14%	3.912.068,00	17%	4.107.671,00	13%
	Despesa Total	26.946.482,96		22.708.138,14		31.008.789,79	
6	Passivos financeiros	661.375,29	2%	500.000,00	2%	12.088.618,93	39%
	Receita Total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	
7	Passivos financeiros	661.375,29	2%	500.000,00	2%	12.088.618,93	39%
	Despesa total	26.946.482,96		22.708.138,14		31.008.789,79	
8	Serviço da dívida	1.584.385,10	6%	1.581.397,24	7%	13.101.785,75	42%
	Despesa Total	26.946.482,96		22.708.138,14		31.008.789,79	
9	Receita corrente	16.381.311,88	61%	18.335.325,66	81%	16.287.073,72	53%
	Despesa Total	26.946.482,96		22.708.138,14		31.008.789,79	
10	Passivos financeiros	661.375,29	6%	500.000,00	11%	12.088.618,93	129%
	Investimento	11.612.542,84		4.406.677,76		9.377.225,90	
11	Compromissos assumidos	43.922.554,84	163%	41.071.589,82	181%	54.850.013,65	177%
	Despesa total	26.946.482,96		22.708.138,14		31.008.789,79	
12	Compromissos assumidos	43.922.554,84	155%	41.071.589,82	181%	54.850.013,65	176%
	Receita total	28.314.285,90		22.724.770,49		31.175.195,77	

Indicador 1 – Em qualquer um dos exercícios económicos o saldo da gerência foi positivo, ou seja as receitas totais superaram as despesas totais realizadas, sendo este aspecto mais evidente no ano de 2007;

Indicador 2 – Em 2009 a receita corrente representa apenas 82% das despesas correntes realizadas, portanto e tal como já foi anteriormente referido, o saldo corrente é negativo. Quer em 2007 quer em 2008 as receitas correntes superaram as despesas correntes, respectivamente 17% e 11%;

Indicador 3 – No ano de 2009 a despesa corrente representa 64% da despesa total. O ano de 2008 foi aquele em que as despesas correntes apresentaram maior representatividade das despesas totais realizadas;

Indicador 4 – Na gerência de 2009 as receitas próprias representaram 36% da despesa total e à semelhança do que foi referido para o indicador anterior, também foi em 2008 que as receitas próprias foram mais significativas relativamente à despesa total;

Indicador 5 – Os fundos municipais, atribuídos conforme Mapa XIX da Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro – Lei do Orçamento de Estado 2009, representam 13% da despesa total realizada no ano 2009;

Indicador 6 – Em 2009 os passivos financeiros, receita relativa aos empréstimos contratados durante a gerência, representam cerca de 39% da receita total, situação não comparável com os anos anteriores, em que este tipo de receita representa apenas 2% do seu total, pois como já se mencionou, em 2009 foram contratados os empréstimos relativos ao PREDE.

Indicador 7 – Em 2009 os passivos financeiros relativos aos empréstimos contratados durante a gerência representam cerca de 39% da despesa total, situação não comparável com os anos anteriores, em que este tipo de receita representa apenas 2% da despesa, pois como já se mencionou, em 2009 foram contratados os empréstimos relativos ao PREDE.

Indicador 8 – No respeitante ao serviço da dívida, indicador que consiste no somatório dos juros da dívida pública com os passivos financeiros (despesa), este representa 42% da despesa total, contra 7% em 2008 e 6% em 2007;

Indicador 9 – O ano de 2008 foi aquele em que a receita corrente apresentou um maior significado relativamente à despesa total (81%). Em 2009 este tipo de receita representa 53% da despesa global;

Indicador 10 – Da análise ao peso dos passivos financeiros (receita) no nível de investimento constata-se que em 2009 estes têm uma representatividade de 129%.

Indicador 11 – Os compromissos assumidos, quer para o exercício de 2009 quer para exercícios futuros, relativamente à despesa total realizada em 2009 têm um peso de 177%, contra 181% em 2008 e 163% em 2007;

Indicador 12 – No respeitante à receita total, na gerência de 2009 os compromissos futuros tem um peso de 176%, contra 181% em 2008 e 155% em 2007.

2. Análise das Grandes Opções do Plano – GOP

2.1. Execução das GOP³

Em conformidade com o ponto 2.3. do POCAL os documentos previsionais a apresentar pelas autarquias locais são as Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento. Portanto, para além da análise orçamental importa também fazer uma análise à execução destes documentos previsionais. Nas GOP são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e estas incluem designadamente as Actividades Mais Relevantes (AMR's) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Nas AMR's são evidenciadas as actividades, de carácter corrente, a desenvolver num exercício económico ao passo que no PPI são reflectidos os projectos de investimento a realizar num quadriénio. Relativamente ao ano 2009 e quanto às AMR's em termos globais a sua execução alcançou 62% da despesa inicialmente prevista, sendo que as funções gerais tiveram uma execução de 63%, as funções sociais também 63% e as funções económicas de 56%. Em termos absolutos a execução de 2009 foi mais relevante comparativamente com os anos anteriores, na medida em que foi executado um montante de € 2.989.941,83 contra 1.594.202,61 nos outros anos.

Quadro XVI – Actividades Mais Relevantes

Actividades Mais Relevantes	Montante Previsto	Montante Executado			
	2009	Anos anteriores	2009	Total	% exec. 2009
Funções Gerais	1.736.727,36	408.410,21	1.087.529,85	1.495.940,06	63%
Serviços Gerais da Adm. Pública	1.547.108,40	286.291,25	954.410,89	1.240.702,14	62%
Segurança e Ordem Pública	189.618,96	122.118,96	133.118,96	255.237,92	70%
Funções Sociais	2.744.375,76	1.141.458,49	1.717.642,56	2.859.101,05	63%
Educação	268.913,09	75.755,15	216.681,07	292.436,22	81%
Segurança e Acções Sociais	221.146,16	74.327,59	132.338,94	206.666,53	60%
Habitação e Serviços Colectivos	32.102,00	7.000,00	12.785,52	19.785,52	51%
Serviços Cul., Rec. E Religiosos	2.222.214,51	984.375,75	1.355.837,03	2.340.212,78	61%
Funções Económicas	329.787,32	44.333,91	184.769,42	229.103,33	56%
Comércio e Turismo	329.787,32	44.333,91	184.769,42	229.103,33	56%
Total	4.810.890,44	1.594.202,61	2.989.941,83	4.584.144,44	62%

³ Esta análise tem por base os mapas relativos à “Execução Anual das Actividades mais Relevantes” ponto de ordem n.º 12ve “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos” ponto de ordem n.º 11, que constam do Volume II da Prestação de Contas

No que concerne ao PPI a gerência de 2009 teve uma execução de 46% relativamente ao montante previsto, quer as funções gerais quer as funções sociais têm uma execução de 46% e as funções económicas foram executadas em 30% do perspectivado. A realçar a execução dos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos com 58% e da Habitação e Serviços Colectivos com 48%.

Em termos globais e da análise ao quadro abaixo, constata-se que o montante executado em 2009 representa 31% do executado total.

Quadro XVII – Plano Plurianual de Investimentos

Plano Plurianual de Investimentos	Montante Previsto	Montante Executado			
	2009	Anos anteriores	2009	Total	% exec. 2009
Funções Gerais	3.151.325,00	2.595.210,83	1.444.505,87	4.039.716,70	46%
Serviços Gerais da Adm. Pública	3.111.325,00	2.595.210,83	1.444.505,87	4.039.716,70	46%
Segurança e Ordem Pública	40.000,00	0,00	0,00	0,00	
Funções Sociais	17.633.103,00	18.199.089,89	8.083.882,84	26.282.972,73	46%
Educação	2.989.537,00	765.620,64	854.048,73	1.619.669,37	29%
Segurança e Acções Sociais	130.000,00		5.907,00	5.907,00	5%
Habitação e Serviços Colectivos	7.576.833,00	4.602.459,03	3.626.553,45	8.229.012,48	48%
Serviços Cult., Rec. e Religiosos	5.069.785,00	11.551.170,23	2.935.591,96	14.486.762,19	58%
Indústria e Energia	135.613,00	320.723,74	39.558,40	360.282,14	29%
Transporte e Comunicações	1.731.335,00	959.116,25	622.223,30	1.581.339,55	36%
Funções Económicas	64.702,00	13.711,11	19.701,50	33.412,61	30%
Comércio e Turismo	64.702,00	13.711,11	19.701,50	33.412,61	30%
Total	20.849.130,00	20.808.011,83	9.548.090,21	30.356.102,04	46%

3. Análise Patrimonial

3.1. Componente Económica⁴

3.1.1. Custos

As contas patrimoniais da classe 6 – Custos e Perdas reflectem todos os custos e perdas que a autarquia suporta no decorrer da sua actividade, representando assim as diminuições da situação líquida e desdobram-se em custos operacionais (actividade corrente), custos financeiros (operações financeiras) e custos de natureza excepcional (extraordinária).

No respeitante ao exercício económico de 2009 os custos e perdas importam em € 20.949.098,38. Os custos operacionais representam 92% do total dos custos e perdas, com destaque para os custos com o pessoal⁵ (42%) e fornecimentos e serviços externos (28%). As amortizações do exercício também assumem um peso significativo (10%). Os custos financeiros (Juros empréstimos bancários, juros de locação financeira, serviços bancários e outros juros) tem uma importância de apenas 3% no cômputo geral dos custos e perdas do exercício e os custos extraordinários (transferências de capital⁶ concedidas, abates de imobilizado e correcções relativas a anos anteriores) representam 5%.

Quadro XVIII – Análise de Custos

Contas da Demonstração de Resultados	Montante	%
Custas e Perdas		
Custos e Perdas Operacionais		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	547.862,82	3%
Fornecimentos e serviços externos	5.776.084,90	28%
Transferências e subsídios correntes concedidos	1.804.249,20	9%
Custos com o pessoal	8.845.398,84	42%
Amortizações do exercício	2.168.947,79	10%
Provisões do exercício	40.457,90	0%
Outros custos e perdas operacionais	-	0%
Total de Custos e Perdas Operacionais	19.183.001,45	92%
Total de Custos e Perdas Financeiras	678.680,41	3%
Total de Custos e Perdas Extraordinárias	1.087.416,52	5%
Total de Custos e Perdas	20.949.098,38	100%

⁴ A análise aqui apresentada tem por base a “Demonstração de Resultados” ponto de ordem n.º 4, que é parte integrante da Prestação de Contas – Volume II

⁵ O valor dos custos com pessoal não é comparável com o valor relativo à execução orçamental pois inclui movimentos relativos à especialização do exercício.

⁶ Em conformidade com as disposições do POCAL as transferências de capital concedidas são consideradas como “custos e perdas extraordinárias”.

3.1.2. Proveitos

Nas contas de proveitos registam-se todos os proveitos e ganhos que a entidade obtém na sua actividade, representando assim os aumentos da situação líquida decorrentes da actividade da autarquia.

Na gerência de 2009 os proveitos e ganhos foram no montante de € 17.468.593,95. Os proveitos operacionais os quais resultam da actividade corrente da autarquia, representam 90% do montante total dos proveitos. Os proveitos e ganhos financeiros (juros obtidos, ganhos em entidades participadas, rendimentos de imóveis etc.) têm pouco significado, pois representam apenas 3% dos proveitos totais, o mesmo acontece com os proveitos e ganhos extraordinários (ganhos em existências, ganhos em imobilizações, correcções relativas aos exercícios anteriores, etc.) com um peso de 7%.

Quadro XIX – Análise de Proveitos

Contas da Demonstração de Resultados	Montante	%
Proveitos e Ganhos		
Proveitos e Ganhos Operacionais		
Vendas e prestação de Serviços	2.759.887,48	16%
Impostos e taxas	6.323.181,59	36%
Transferências e subsídios obtidos	6.605.709,93	38%
Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	15.688.779,00	90%
Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	590.761,97	3%
Total de Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.189.052,98	7%
Total de Proveitos e Ganhos	17.468.593,95	100%

3.1.3. Resultados

Pela análise aos resultados operacionais constata-se que os proveitos operacionais não foram suficientes para comportar a despesa da mesma natureza, ou seja os proveitos resultantes da actividade corrente não comportam os encargos correntes, sendo o resultado operacional de € - 3.494.222,45. Situação semelhante acontece com as operações de cariz financeiro, pois os resultados financeiros são negativos e importam em € - 87.918,44. Os resultados correntes resultam da soma entre os resultados operacionais e os resultados financeiros e no exercício económico de 2009 totalizaram € - 3.582.140,89. Contrariamente, os resultados extraordinários são positivos e no valor de € 101.636,46.

Pelo somatório entre os resultados correntes e os resultados extraordinários obtemos o resultado líquido do exercício, através do qual é possível avaliar a performance económico-financeira da entidade. Em 2009 o resultado líquido do exercício foi negativo e importou em € - 3.480.504,43 (este montante resulta do facto dos resultados operacionais terem sido negativos em € -3.494.222,45).

Quadro XX – Análise de Resultados

Contas da Demonstração de Resultados	Montante
Resultados Operacionais	
Proveitos Operacionais – Custos Operacionais	- 3.494.222,45
Resultados Financeiros	
Proveitos Financeiros – Custos Financeiros	- 87.918,44
Resultados Correntes	
Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	- 3.582.140,89
Resultados Extraordinários	
Proveitos Extraordinários – Custos Extraordinários	101.636,46
Resultado Líquido do Exercício	
Resultados Correntes + Resultados Extraordinários	- 3.480.504,43

3.1.4. Evolução da Demonstração de Resultados

Quadro XXI – Evolução da Demonstração de Resultados – custos e perdas

Contas da Demonstração de Resultados	2007		2008		2009	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
CUSTOS E PERDAS						
Custos e Perdas Operacionais						
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	464.281,80	2,39%	70.024,58	0,37%	547.862,82	2,62%
Fornecimentos e serviços externos	4.616.339,85	23,81%	5.667.271,16	29,72%	5.776.084,90	27,57%
Transf. e subsídios correntes concedidos	1.696.327,24	8,75%	1.715.975,10	9,00%	1.804.249,20	8,61%
Custos com o pessoal	7.185.783,03	37,06%	7.522.144,05	39,45%	8.845.398,84	42,22%
Amortizações do exercício	1.681.216,27	8,67%	1.859.852,01	9,75%	2.168.947,79	10,35%
Provisões do exercício	1.770.039,12	9,13%	92.350,26	0,48%	40.457,90	0,19%
Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Custos e Perdas Operacionais	17.413.987,31	89,81%	16.927.617,16	88,78%	19.183.001,45	91,57%
Total de Custos e Perdas Financeiras	933.671,65	4,82%	1.413.931,72	7,42%	678.680,41	3,24%
Total de Custos e Perdas Extraordinárias	1.042.797,93	5,38%	724.548,76	3,80%	1.087.416,52	5,19%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	19.390.456,89	100,00%	19.066.097,64	100,00%	20.949.098,38	100,00%

Os custos e perdas operacionais mantiveram ao longo do triénio um peso relativo na ordem dos 90%, apesar de em termos absolutos na gerência de 2009 terem sofrido um acréscimo de € 2.255.384,29. Face a 2008 os custos e perdas financeiras tiveram uma diminuição de € 735.251,31, o que representa

uma redução de 52%. Os custos e perdas extraordinárias relativamente a 2008 aumentaram cerca de € 362.867,76 e mantiveram-se ao mesmo nível do realizado no ano de 2007.

Quadro XXII – Evolução da Demonstração de Resultados – proveitos e ganhos

Contas da Demonstração de Resultados	2007		2008		2009	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
PROVEITOS E GANHOS						
Proveitos e Ganhos Operacionais						
Vendas e prestação de Serviços	2.658.109,48	12,11%	3.940.551,79	18,91%	2.759.887,48	15,80%
Impostos e taxas	9.823.956,81	44,76%	9.653.387,07	46,33%	6.323.181,59	36,20%
Transferências e subsídios obtidos	5.745.106,07	26,17%	5.603.365,50	26,89%	6.605.709,93	37,81%
Total Proveitos e Ganhos Operacionais	18.227.172,36	83,04%	19.197.304,36	92,13%	15.688.779,00	89,81%
Total Proveitos e Ganhos Financeiros	621.227,87	2,83%	651.363,25	3,13%	590.761,97	3,38%
Total Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.101.570,65	14,13%	989.579,72	4,75%	1.189.052,98	6,81%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	21.949.970,88	100,00%	20.838.247,33	100,00%	17.468.593,95	100,00%

No que respeita aos proveitos e ganhos e face ao ano transacto verifica-se uma diminuição de € 3.369.653,38 o que em termos percentuais representa 16%, esta diminuição é mais acentuada nos proveitos e ganhos operacionais (18%). Comparativamente com o ano de 2007 em 2009 os proveitos e ganhos sofreram uma redução de 20%.

Relativamente aos resultados do exercício e com relevância para o resultado líquido do exercício quer em 2007 quer em 2008 o resultado líquido foi positivo contrariamente ao verificado em 2009. Em 2007 o resultado líquido positivo resulta dos resultados extraordinários se terem cifrado em € 2.058.772,72 (anulação de dívida da ADSE e ganhos em imobilizações corpóreas). Já no que respeita ao ano de 2008 o resultado líquido do exercício positivo resulta dos resultados operacionais terem atingido o valor de € 2.269.687,20. Como já anteriormente referido na gerência sob análise o resultado líquido do exercício é negativo e resulta de resultados operacionais negativos.

Quadro XXIII – Evolução da Demonstração de Resultados – resultados

	2007	2008	2009
Resultados Operacionais			
Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	813.185,05	2.269.687,20	- 3.494.222,45
Resultados Financeiros			
Proveitos Financeiros - Custos Financeiros	- 312.443,78	- 762.568,47	- 87.918,44
Resultados Correntes			
Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	500.741,27	1.507.118,73	- 3.582.140,89
Resultados Extraordinários			
Proveitos Extraordinários - Custos Extraordinários	2.058.772,72	265.030,96	101.636,46
Resultado Líquido do Exercício			
Resultados Correntes + Resultados Extraordinários	2.559.513,99	1.772.149,69	- 3.480.504,43

3.2. Componente Financeira⁷

A análise do Activo, Fundos Próprios e Passivo apresentada nesta sede é muito sucinta sendo mais aprofundada nos “Anexos às Demonstrações Financeiras” cf. ponto 8.2 do POCAL, que são parte integrante da Prestação de Contas – Volume II, n.º de ordem n.º 16

3.2.1. Activo

Em termos globais e relativamente ao ano de 2008 verifica-se no exercício económico de 2009 um acréscimo do activo líquido de 18%. Quanto ao imobilizado destaca-se o aumento de 4% verificado nos bens de domínio público, em resultado da transferência de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo e de regularizações à data do balanço inicial. O aumento do imobilizado incorpóreo deve-se à contabilização de diversos estudos, nomeadamente Revisão do PDM, Plano de Pormenor do Complexo Desportivo de Sines, Regeneração Urbana e Plano de Pormenor do Centro Histórico de Sines. O aumento de € 9.597.982,42 no imobilizado corpóreo deve-se essencialmente a regularizações à data do balanço inicial, à constituição de loteamentos e cedências de terrenos a integrar o domínio privado municipal por força de operações de loteamentos, bem como ao registo de facturas relativas à aquisição de equipamento básico. No que respeita aos Investimentos Financeiros o aumento de verificado relativamente a 2008 deve-se à entrada da Câmara Municipal de Sines na POLIS Litoral Sudoeste, S.A. e na qual tem uma participação de 8% correspondente a € 1.568.000,00, conforme Decreto – Lei n.º 244/2009, de 22 de Setembro (vide o Diário da República, 1.ª Série, n.º184).

Relativamente ao activo circulante há a salientar a redução de 16% nos valores relativos a dívidas de terceiros – curto prazo, as restantes contas mantiveram-se ao nível do realizado em 2008.

⁷ A análise aqui apresentada tem por base o “Balanço” ponto de ordem n.º 3, apresentado no Volume II da Prestação de Contas

Quadro XXIV – Activo Líquido

ACTIVO LÍQUIDO	2007	2008	2009
IMOBILIZADO			
Bens de Domínio Público	20.995.283,53	23.825.830,95	24.715.335,82
Imobilizações Incorpóreas	138.819,08	379.594,85	634.470,90
Imobilizações Corpóreas	38.775.340,22	40.233.770,69	49.831.753,11
Investimentos Financeiros	170.452,67	234.847,41	2.330.329,81
CIRCULANTE			
Existências	299.806,33	408.229,65	451.910,24
Dívidas de terceiros - Curto prazo	2.311.427,40	3.545.290,63	2.993.853,49
Depósitos em Inst. financeiras e caixa	1.416.940,54	575.749,42	774.916,64
Acréscimos e deferimentos	236.833,10	779.287,48	758.448,87
Total	64.344.902,87	69.982.601,08	82.491.018,88

3.2.2. Fundos Próprios

Entre os anos de 2008 e 2009 verifica-se um acréscimo de Património de cerca de 10% em resultado do registo contabilístico de bens que não foram objecto de registo à data do balanço inicial⁸. Relativamente ao valor de € 107.834,09 respeitante a ajustamento de partes de capital em empresas, este resulta da contabilização do aumento de capital da Aicep – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A. (pela fusão entre a PGS, S.A. e a Apiparques, S.A.) que originou um aumento da participação do Município. Durante o exercício económico de 2009 procedeu-se à desanexação de artigos subavaliados por integração em novos loteamentos originando assim novos bens alvo de registo, bem como ao registo contabilístico de novos lotes o que em termos contabilísticos implica a realização de movimentos na conta patrimonial 578” Reservas decorrentes da constituição de loteamentos” , motivo pelo qual as reservas tem um elevado crescimento entre o ano de 2009 e os anos anteriores. Os resultados transitados comportam os resultados líquidos provenientes de exercícios transactos bem como regularizações detectadas neste exercício económico mas relativas a exercícios anteriores. Conforme já anteriormente referido o resultado líquido desta gerência é negativo. Em termos globais entre 2008 e 2009 os fundos próprios sofreram um acréscimo de 20%.

⁸ Conforme Brochura n.º 2 “Elementos patrimoniais que não foram em devido tempo objecto de inscrição em sede de balanço inicial” do SATAPOCAL.

Quadro XXV – Fundos Próprios

FUNDOS PRÓPRIOS	2007	2008	2009
Património	22.633.304,91	24.879.568,54	27.324.585,45
Ajustamento de partes de capital em empresas		-	107.834,09
Reservas	38.571,51	185.158,03	7.311.036,65
Resultados transitados	1.018.484,80	3.437.238,40	5.125.822,13
Resultado líquido do exercício	2.559.513,99	1.772.149,69	- 3.480.504,43
Total	26.249.875,21	30.274.114,66	36.388.773,89

3.2.3. Passivo

Da análise ao passivo constata-se que em 2007 foi constituída uma provisão no valor de € 1.222.707,34 relativa à anulação de dívidas à ADSE a qual se mantêm nos anos de 2008 e 2009. As dívidas a terceiros a médio e longo prazo consubstanciam-se em € 17.520.242,63 e respeitam a capital em dívida de médio e longo prazo, as dívidas a terceiros de curto prazo comportam € 800.000,00 relativos ao capital em dívida do empréstimo de curto prazo bem como os valores em dívida a fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado c/c, Fornecedores – facturas em recepção e conferência, Estado, administração autárquica e outros credores⁹. No que concerne aos acréscimos e diferimentos o aumento verificado entre os anos de 2008 e 2009 resulta da contabilização de acréscimos de custos, nomeadamente férias e subsídio de férias e respectivos encargos, emolumentos devidos ao tribunal de contas e relativos à validação das contas de gerência, juros, bem como outros encargos imputáveis ao exercício de 2009 e ainda não apoiados em documentação externa. Aqui também estão contabilizados proveitos diferidos e relativos a participações financeiras de capital. Em termos globais o passivo sofreu um acréscimo de 16%.

Quadro XXVI - Passivo

PASSIVO	2007	2008	2009
Provisões para riscos e encargos	1.222.707,34	1.222.707,34	1.222.707,34
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	7.962.977,33	7.305.099,02	17.520.242,63
Dívidas a terceiros - curto prazo	15.384.195,63	15.308.376,02	10.510.909,99
Acréscimos e diferimentos	13.525.147,36	15.872.304,04	16.848.385,03
Total	38.095.027,66	39.708.486,42	46.102.244,99

⁹ Em complemento da informação aqui explanada poderá ser consultado o ponto 3.2.5 Endividamento

3.2.4. Indicadores e Rácios Patrimoniais

Para que se possa realizar uma análise da situação financeira recorre-se a um conjunto de instrumentos analíticos (indicadores/ rácios) os quais se revestem de extrema importância para a gestão. Assim, apresentam-se de seguida alguns indicadores de gestão municipal os quais tem por base o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Quadro XXVII – Rácios Patrimoniais

		2007	2008	2009
1	Activo Circulante	4.906.701,25	6.038.748,53	5.728.930,05
	Passivo (curto prazo)	15.384.195,63	15.308.376,02	10.510.909,99
	Grau de Liquidez Geral	32%	39%	55%
2	Disponibilidades	1.416.940,54	575.749,42	774.916,64
	Passivo Circulante	15.384.195,63	15.308.376,02	10.510.909,99
	Liquidez Imediata	9%	4%	7%
3	Fundos Próprios	26.249.875,21	30.274.114,66	36.388.773,89
	Passivo (total)	36.872.320,32	39.708.486,42	46.102.244,99
	Solvabilidade	71%	76%	79%
4	Fundos Próprios	26.249.875,21	30.274.114,66	36.388.773,89
	Activo Líquido (total)	64.344.902,87	69.982.601,08	82.491.018,88
	Autonomia Financeira	41%	43%	44%
5	Resultado Líquido do Exercício	2.559.513,99	1.772.149,69	- 3.480.504,43
	Activo Líquido (total)	64.344.902,87	69.982.601,08	82.491.018,88
	Rentabilidade do Activo Líquido	4%	3%	-4%

Indicador 1 - Com o Grau de Liquidez Geral pretende-se medir a liquidez, ou seja a capacidade de o Município cumprir os seus compromissos de curto prazo à medida que estes se vão vencendo, revelando a solvência a curto prazo demonstrando em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos activos que se espera vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao vencimento das dívidas de curto prazo. Do triénio em análise verifica-se que entre os anos de 2008 e 2009 houve uma melhoria significativa na capacidade do Município em cumprir os prazos de pagamentos;

Indicador 2 – A liquidez imediata cinge-se apenas às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo, e permite avaliar o grau de cobertura do passivo circulante (obrigações a pagar no prazo de um ano) por disponibilidades. Constata-se que a liquidez imediata é muito reduzida, as disponibilidades representam apenas 7% do passivo de curto prazo;

Indicador 3 – Através da análise à solvabilidade verifica-se a proporção relativa dos activos do Município financiados por capitais próprios versus financiados por capitais alheios. Quanto mais

elevado for este rácio maior a estabilidade financeira da entidade. Em 2009 e relativamente a 2008 verifica-se que a solvabilidade sofreu um pequeno acréscimo passando de 76% para 79%;

Indicador 4 – Pela autonomia financeira analisa-se em que percentagem é que o activo da entidade se encontra a ser financiado por capitais próprios. Fazendo a análise do triénio verifica-se que a autonomia financeira se mantém estável pelo três exercícios económicos;

Indicador 5 – Este indicador traduz o grau de remuneração do investimento total e permite aferir a eficiência da utilização dos recursos patrimoniais bem como da relação entre custos e proveitos, face aos activos afectos ao exercício. Em 2009 constata-se uma diminuição relativamente aos anos anteriores decorrente da diminuição dos proveitos realizados no exercício.

3.2.5. Endividamento¹⁰

No que concerne ao endividamento de curto prazo, referente a um período temporal inferior ou igual a um ano, e por consequência dos pagamentos efectuados com o produto dos empréstimos contratados através do PREDE, verificou-se uma redução da dívida desta natureza em 31%, com relevância para o valor associado a fornecedores c/c e fornecedores de imobilizado c/c, com diminuições de 42% e 67%, respectivamente. Como “credores por subscrições não deliberadas¹¹” foi contabilizado o capital a subscrever no âmbito da POLIS Litoral Sudoeste, S.A. (€ 1.568.000,00).

Em conformidade com a Lei das Finanças Locais os municípios para fazer face a dificuldades de tesouraria podem recorrer à contratação de empréstimos de curto prazo e o valor a contratar não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Para o ano 2009 este limite era de € 987.055,47. Em conformidade com a alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro compete ao órgão deliberativo a aprovação ou autorização da contratação de empréstimos e relativamente ao empréstimo de curto prazo, e de acordo com o regime de crédito dos municípios previsto no artigo 38.º da LFL, a aprovação de empréstimos de curto prazo pode ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento. Assim, quando o Órgão Deliberativo aprovou a 29.12.2008 o Orçamento Municipal 2009 aprovou também a contratação do empréstimo de curto prazo para aquele ano. Assim, foi contratado com o Banco Santander Totta um empréstimo de curto prazo até € 970.000,00, sendo que do valor total contratado foram utilizados € 800.000,00.

¹⁰ A análise ao endividamento municipal é sustentada nos dados do Balanço, o qual é parte integrante da Prestação de Contas – Volume II

¹¹ Conta patrimonial que se credita pelo valor total da subscrição de quotas, acções, obrigações e outros títulos, por contrapartida das respectivas contas de investimentos Financeiros.

Quadro XXVIII - Endividamento de Curto Prazo

Designação	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009	Variação 2009/2008
Empréstimos de curto prazo			800.000,00	
Fornecedores, c/c	2.571.361,68	5.336.931,34	3.115.264,34	-42%
Fornecedores, facturas e recepção e conferência	461.178,62	536.411,23	900.974,62	68%
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.088.543,01	7.913.947,17 €	2.583.413,82	-67%
Estado	86.964,90 €	179.208,05 €	168.602,28	-6%
Administração Autárquica	149.242,99 €	126.684,96 €	195.214,13	54%
Outros credores	11.026.904,43 €	1.215.193,27 €	1.179.440,80	-3%
Credores por subscrições não liberadas			1.568.000,00	
Total	15.384.195,63	15.308.376,02	10.510.909,99	-31%

Relativamente ao endividamento de médio e longo prazo e em termos globais durante a gerência de 2009 este tipo de dívida aumentou no global 127%, porque no capítulo económico 12 - Passivos Financeiros (Despesa de Capital) foram contabilizados os empréstimos de médio e longo prazo assumidos em consequência da adesão ao PREDE, daí que os empréstimos da CMS tenham sofrido um aumento de € 140%. Todas as restantes componentes deste tipo de endividamento apresentam uma redução.

Quadro XXIX - Endividamento de Médio e Longo Prazo

Designação	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009	Variação 2009/2008
Empréstimos CMS	7.962.977,33	7.305.099,02	17.520.242,63	140%
Empréstimos AMLA	110.504,04	98.216,53	89.115,58	-9%
Locação Financeira	510.085,50	249.929,47	97.091,99	-61%
Plano Mateus	254.700,43	133.900,95	5.860,70	-96%
Total	8.838.267,30	7.787.145,97	17.712.310,90	127%

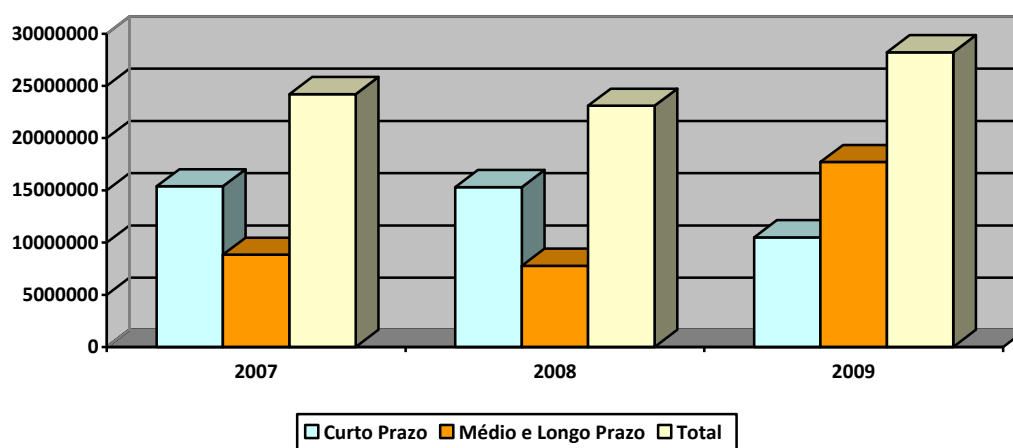
Analisando o endividamento numa perspectiva global verifica-se que entre a gerência de 2008 e a gerência de 2009 houve um aumento de 22%, o que em termos absolutos implica um acréscimo de €

5.127.698,90. Em termos de curto prazo, e como anteriormente referido, a dívida diminuiu cerca de 31%, sendo que o aumento global se deve ao facto do endividamento de médio e longo prazo ter aumentado 127%.

Quadro XXX - Endividamento Total

Designação	2007	2008	31.12.2009	Varição 2009/2008
Curto prazo	15.384.195,63	15.308.376,02	10.510.909,99	-31%
Médio e longo prazo	8.838.267,30	7.787.145,97	17.712.310,90	127%
Total	24.222.462,93	23.095.521,99	28.223.220,89	22%

Gráfico III – Evolução do endividamento



3.2.6. Rácios de Endividamento

Para uma análise mais detalhada do endividamento apresenta-se o quadro abaixo onde são abordados um conjunto de rácios:

Quadro XXXI – Rácios de Endividamento

1	Endividamento	Passivo	46.102.244,99	56%
		Activo Líquido	82.491.018,88	
2	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	17.520.242,63	21%
		Activo líquido	82.491.018,88	

3	Endividamento de CP	Dívidas de Curto prazo	10.510.909,99	13%
		Activo Líquido	82.491.018,88	
4	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de CP	800.000,00	2%
		Passivo	46.102.244,99	
5	Estrutura do Endividamento MLP	Dívidas de MLP	17.520.242,63	38%
		Passivo	46.102.244,99	
6	Estrutura do Endividamento CP	Dívidas de Curto Prazo	10.510.909,99	23%
		Passivo	46.102.244,99	

Passivo = Provisões p/ riscos e encargos + Dívidas a 3.º de MLP + Dívidas a 3.º de CP + Acréscimos e Diferimentos

O total do passivo representa 56% do activo líquido, sendo que o endividamento de médio e longo prazo é mais representativo (21%) que o endividamento de curto prazo (13%). O valor em dívida a 31.12.2009 do empréstimo de curto prazo representa apenas 2% do total do passivo. As dívidas de médio e longo prazo têm um peso no passivo na ordem dos 38%, sendo que as dívidas de curto prazo são menos relevantes pois representam apenas 23% do total do passivo.

3.2.7. Limites de Endividamento¹²

Atento ao disposto nos artigos 36.º, 37.º e 39.º da Lei das Finanças Locais o endividamento líquido Municipal é equivalente à diferença entre a somas dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros. Para efeitos de cálculo do limite de endividamento líquido e dos limites de empréstimos contraídos o conceito de endividamento líquido total de cada município inclui o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios proporcionais à participação de cada município no seu capital social bem como o endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local (SEL), proporcional à participação do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do SEL.

O montante de endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% da soma das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. O montante dos contratos de empréstimos de curto prazo não pode exceder 10% do somatório anteriormente referido e o montante da dívida de cada Município referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder 100% da referida soma.

¹² Dados extraídos da informação reportada para a Direcção – Geral das Autarquias Locais através da aplicação informática SIAL, conforme determina o artigo 50.º da Lei das Finanças Locais.

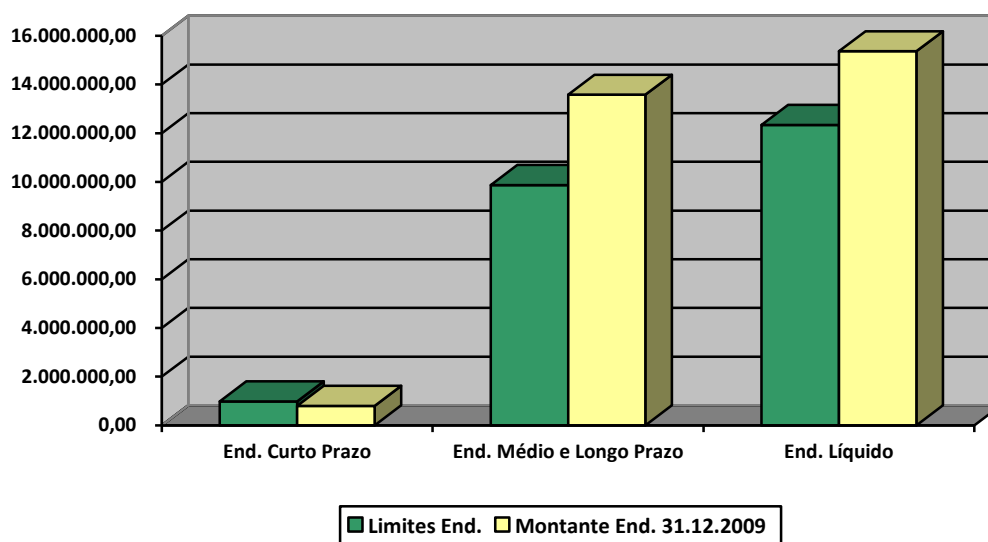
Assim, por aplicação do que vem determinado na LFL para o ano de 2009 os limites de endividamento são os que constam do quadro abaixo:

Quadro XXXII – Limites de Endividamento

	Limites de endividamento 2009	Montante de Endividamento a 31.12.2009	Situação face aos limites
Endividamento de curto prazo	987.055,47	800.000,00	- 187.055,47
Endividamento de Médio e Longo Prazo	9.870.554,65	13.580.391,09	3.709.836,44
Endividamento Líquido	12.338.193,32	15.367.008,36	3.028.815,04

A 31.12.2009 quer o limite de endividamento de médio e longo prazo quer o limite de endividamento líquido encontravam-se ultrapassados.

Gráfico IV – Limites de Endividamento



3.2.8. Limites de Encargos com Pessoal

O Decreto – Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais revogou o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determinava que as despesas efectuadas com o pessoal do quadro não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em qualquer outra situação não poderiam ultrapassar 25% dos 60% supracitados, ou seja, 15% das receitas correntes arrecadadas no ano anterior. Ainda que o referido diploma legal tenha tido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com o pessoal.¹³

Assim, conforme quadro abaixo, quer as despesas com pessoal do quadro quer com pessoal em qualquer outra situação encontram-se dentro dos limites fixados. A salientar que o total dos encargos com pessoal, do Município, em 2009 foi de € 8.694.544,88, no entanto de acordo com instruções do SATAPOCAL para o cálculo dos limites dos encargos com pessoal apenas revelam algumas classificações económicas.¹⁴

Quadro XXXIII – Encargos com Pessoal

	Limite 2009		Execução 2009	
		%	Dezembro	%
Receitas Correntes – 2008	18.335.325,66	%		
Pessoal Quadro – 2009	11.001.195,40	60%	4.926.903,91	44,79%
Pessoal Q. O. Situação - 2009	2.750.298,85	15%	1.146.992,64	41,70%

¹³ Ao abrigo da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, sempre que os municípios se integrem em associações de municípios com fins específicos, os seus encargos com pessoal relevam para os limites de encargos com pessoal dos municípios. No entanto, as Associações de Municípios não disponibilizaram esta informação em tempo útil pelo que os valores apresentados respeitam apenas aos encargos do Município.

¹⁴ Para Pessoal do Quadro considera-se: 01.01.03 – Pessoal dos quadros – regime de função pública; 01.01.04 – Pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho; 01.01.08 – Pessoal aguardando aposentação; 01.01.10.02 – Gratificações – pessoal dos quadros; 01.01.13.01 – Subsídio de refeição – pessoal dos quadros e 01.01.14.01 – Subsídio de férias e de Natal – pessoal dos quadros. Quanto ao limite de encargos com pessoal em qualquer outra situação as classificações económicas a ter em consideração são: 01.01.05 – Pessoal além dos quadros, 01.01.06 – Pessoal com contrato a termo, 01.01.07 – Pessoal em regime de tarefa ou avença; 01.01.09 – Pessoal em qualquer outra situação; 01.01.10.03 – Gratificações – outros; 01.01.13.02 – Subsídio de refeição – pessoal em qualquer outra situação e 01.01.14.02 – subsídio de férias e de Natal - pessoal em qualquer outra situação.

3.2.9. Fundo Social Municipal

Relativamente à repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, a Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), no art. 19.º e art. 24.º determina que o Fundo Social Municipal (FSM) é uma subvenção específica cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou acção social.

Para o ano 2009 e à semelhança do que já tinha acontecido em anos anteriores, as receitas provenientes do FSM destinaram-se às competências exercidas no domínio da educação. Conforme o mapa XIX do Orçamento de Estado 2009, relativamente ao FSM este município recebeu em 2009 cerca de € 264.146,00, os quais se distribuíram da seguinte forma: 29,5% na razão directa do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público e 70,5% na razão directa do número de jovens que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico público. Assim, temos que para o ensino pré-escolar foram destinados € 77.923,07 e para o 1.º ciclo € 186.222,93.

Quadro XXXIV – Fundo Social Municipal – OE 2009

FSM 2009	Orçamento de Estado 2009	
	Receita Total	Receita Trimestral
Pré - escolar	77.923,07	19.480,77
Ensino Básico	186.222,93	46.555,73
	264.146,00	66.036,50

Quanto às despesas realizadas durante o ano de 2009, os valores apresentam-se conforme quadro abaixo:

Quadro XXXV – Fundo Social Municipal

2009	Despesa	Receita FSM	Receita/Despesa
Pré - escolar	193.194,00	77.923,07	40%
Ensino Básico	1.381.950,00	186.222,93	13%
	1.575.144,00	264.146,00	17%

Verifica-se que a receita do Orçamento de Estado não comportou os encargos que o Município teve com despesas de educação, sendo que relativamente ao ensino pré-escolar a receita representa apenas 40% da despesa e no que concerne ao ensino básico a receita comporta apenas 13% da despesa efectiva. Em termos globais o FSM representa 17% da despesa total realizada com a educação.

4. Evolução da Dívida a Terceiros

A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo nem sempre esse pagamento é atempado, ou seja verifica-se o fornecimento do bem ou a prestação do serviço sem que se receba de imediato a correspondente contrapartida monetária.¹⁵ No final da gerência de 2009 o município tinha por receber de terceiros um montante total de € 2.993.853,49. Comparativamente com os anos anteriores verifica-se um decréscimo em relação a 2008 de 16% e em relação a 2007 um acréscimo de 30%. Os elementos apresentados tem suporte nos balancetes dos referidos anos económicos, sendo de ressaltar que esta informação não tem suporte informático, a sua base são registos documentais existentes nos diversos serviços municipais.

Quadro XXXVI – Dívidas de terceiros

	2007	2008	2009
Clientes c/c	421.866,90	456.195,70	551.069,64
Contribuintes c/c	157.580,48	183.563,42	199.091,00
Utentes c/c	342.055,69	594.826,14	412.358,31
Devedores de Transferências para as autarquias	1.389.924,33	2.310.705,37	1.831.334,54
Total	2.311.427,40	3.545.290,63	2.993.853,49

¹⁵ Em termos contabilísticos os valores a receber de terceiros estão repartidos entre “Clientes c/c”, “Contribuintes c/c” e “utentes c/c”. Consideram-se como clientes todos os compradores de bens produzidos ou adquiridos para venda. Os contribuintes são todos os devedores de impostos ou taxas a pagar à autarquia, e por último, como clientes todos os compradores de bens produzidos ou adquiridos para venda, os contribuintes são todos os devedores de impostos ou taxas a pagar à autarquia, e por último, os utentes são todos os devedores. No final de cada exercício económico são criadas provisões de cobranças duvidosas, sendo que nos termos do POCAL, consideram-se de cobrança duvidosa dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Parte IV. Conclusão

1. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos do ponto 2.7.3. do POCAL, após a aprovação da Conta de Gerência, o resultado do exercício deve ser transferido para a conta 59 "Resultados transitados".

O Resultado Líquido do Exercício de 2009 é negativo, no valor de - € 3.480.504,43 ao transferir este valor para a conta 59 "resultados transitados", esta conta fica com um saldo credor no valor de € 1.645.317,70. Considerando que o valor do resultado líquido é negativo, não há lugar à distribuição de resultados.

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

A Câmara Municipal de Sines aprovou em reunião de dia 7 de Janeiro o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas a aplicar à organização a partir de 2010. O plano segue a Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, datada 1 de Julho de 2009, para todas as "entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos", e elenca um conjunto de riscos e respectivas medidas preventivas, com enfoque especial nas áreas da contratação pública, dos procedimentos urbanísticos e da concessão de benefícios. Um mecanismo de protecção dos cidadãos mas, igualmente, como um mecanismo de protecção dos seus agentes (eleitos e funcionários). Ao identificar riscos e definir medidas para a sua minimização ou eliminação, o município está a contribuir para uma cultura de exigência de transparência e igualdade de tratamento, tanto do lado dos munícipes como pela parte dos funcionários."

Algumas das medidas preventivas a levar a cabo são:

- Criação de mecanismo de controlo do exercício de funções privadas por parte de técnicos e dirigentes, nomeadamente os envolvidos em procedimentos de contratação pública e operações urbanísticas;
- Criação de regras de distribuição de processos que acautelem que a um mesmo técnico não sejam atribuídos de forma continuada processos de um mesmo requerente ou de natureza idêntica;
- Informatização dos procedimentos, de forma a impedir que a hierarquia temporal da entrada dos pedidos seja objecto de modificações;
- Implementação de um sistema de controlo interno para procedimentos de contratação pública;
- Implementação de um sistema de controlo interno que verifique a fundamentação da "natureza imprevista" de trabalhos ou de "serviços a mais";

- Assunção do procedimento de concurso público como regra para a contratação de especialistas externos;
- Aprovação do regulamento municipal relativo à atribuição de subsídios e de outros benefícios que estabeleça os procedimentos e critérios de atribuição;
- Exigência de declarações de interesses dos funcionários e eleitos envolvidos nos processos de concessão de apoios financeiros;
- Criação de área específica no site municipal com conteúdos relevantes sobre a gestão dos recursos públicos, incluindo a disponibilização dos quadros de vencimentos dos eleitos, dirigentes e técnicos, a ligação às bases de dados sobre contratos e ajustes directos efectuados, a publicação integral das auditorias e inspecções ao município, a publicação integral dos relatórios anuais de reclamações e a disponibilização dos planos de actividades e outras informações que fundamentem a atribuição de benefícios financeiros.

Como se lê na exposição dos seus motivos, do ponto de vista do município, o plano assume-se como “um mecanismo de protecção dos cidadãos mas, igualmente, como um mecanismo de protecção dos seus agentes (eleitos e funcionários). Ao identificar riscos e definir medidas para a sua minimização ou eliminação, o município está a contribuir para uma cultura de exigência de transparência e igualdade de tratamento, tanto do lado dos munícipes como pela parte dos funcionários.” Em Dezembro de 2010 será produzido um relatório com a avaliação da implementação das medidas preventivas aprovadas;

A 14.01.2010 foram publicados no Diário da República, 2.ª Série, n.º 9, o Regulamento Municipal do Serviço de Águas, o Regulamento de Drenagem de Águas Residuais e o Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene Pública do Município de Sines;

A 25.02.2010 a Câmara Municipal de Sines procedeu a uma amortização de capital do empréstimo de curto prazo no valor de € 100.000,00 e até 15.03.2010 foram realizadas amortizações de capital dos empréstimos de médio e longo prazo no valor de € 483.725,58.

Em reunião de Câmara de 03.03.2010 e após ter decorrido o período de discussão pública, foram aprovadas as alterações ao projecto de novo Regulamento e Tabela Geral de Taxas do Município de Sines, o qual foi publicado pelo Edital n.º 324/2010 (Diário da República, 2.ª Série, n.º 68 de 8 de Abril de 2010).